



2011



# INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL

Período comparativo: até o mês de Dezembro de 2009, 2010 e 2011



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**

Nelson Antônio Serpa

**DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL**

Adriano de Souza Pereira

**ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL**

Flávio George Rocha

**GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Tatiana Borges

**GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA**

Graziela Luiza Meinheim

**GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**

Arleny Jaqueline Mangrich Pacheco

**GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL**

Vera Lucia Hawerroth Santana

**GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**

Michele Patrícia Roncalio

**ELABORAÇÃO:**

Gerência de Informações Contábeis

**EQUIPE:**

Heber Lima da Costa

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Paulo Rodrigo Capre

Rafael Almeida Pinheiro da Costa

Rogério Felipe Pereira

Rosangela Della Vechia

Tatiana Borges

**Informações:**

Telefones: (48) 3665-2773 ; 3665-2727 ; 3665-2710 ;  
3665-2633 ; 3665-2723

E-mail: [geinc@sefaz.sc.gov.br](mailto:geinc@sefaz.sc.gov.br)

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC

*As imagens foram extraídas da internet.*

## Sumário

CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	1	Despesas com custeio dos serviços públicos .....	16
ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL ....	2	Material de Consumo.....	18
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	3	Transferências voluntárias realizadas pelo Estado .....	19
RECEITAS .....	4	LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	20
Receitas Tributárias Líquidas .....	5	Receita Corrente Líquida – RCL .....	21
Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União.....	6	Gasto com Pessoal Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal .....	21
Comportamento das Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União .....	6	Receita Líquida de Impostos – RLI e Recursos do FUNDEB.....	22
Transferências Voluntárias Recebidas da União.....	7	Aplicação em Educação e Saúde .....	22
FUNDOSOCIAL e SEITEC .....	7	Dívida Pública de Empréstimos.....	23
Metas Bimestrais de Arrecadação .....	8	Receita Líquida Real e o Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos .....	23
Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação.....	9	Saldo dos Precatórios a Pagar e Precatórios Pagos - Regime Especial .....	24
Receita Líquida Disponível – RLD .....	10	Lei de Responsabilidade Fiscal –SC no cenário nacional.....	25
Receita da Dívida Ativa .....	11	Comparativo do Gasto com Pessoal do Poder Executivo com outras Unidades da Federação.....	25
Dívida Ativa .....	12	Dívida consolidada líquida das UFs - 2º Quadrimestre/2011.....	26
APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS .....	13	Receita corrente líquida - RCL das UFs - 2º Quadrimestre/2011 .....	26
Gasto com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas .....	14	PAINEL DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL.....	28
Investimentos e Custeio por Função de Governo.....	15		

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Diretoria de Contabilidade Geral – DCOG/SEF, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender à premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda (<http://www.sef.sc.gov.br/>) e no Portal da Transparência (<http://www.transparencia.sc.gov.br>).

A Gerência de Informações Contábeis – GEINC/DCOG, com base nas informações consolidadas do Governo do Estado, englobando todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público, elaborou o demonstrativo em referência que visa a apresentação e análise dos Indicadores Contábeis de Desempenho da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina. Este demonstrativo compara o exercício em andamento (2011) com os dois últimos exercícios (2010 e 2009) e está estruturado em duas partes, quais sejam:

**1) análises e considerações dos principais Indicadores utilizando, em sua maioria, representações gráficas;**

**2) painel contendo todos os Indicadores.**

A equipe da Gerência de Informações Contábeis fica à disposição de todos para prestar os esclarecimentos necessários para uma melhor compreensão dos resultados alcançados pelo Estado de Santa Catarina.

**Gerência de Informações Contábeis – GEINC/DCOG**

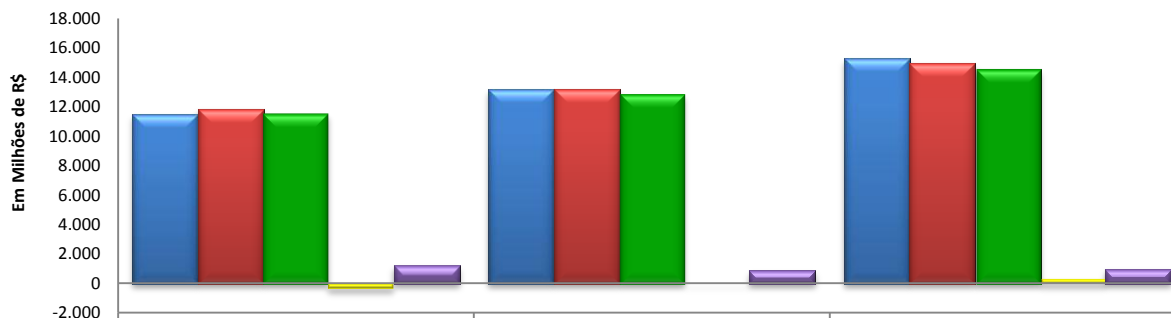
## ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL

---

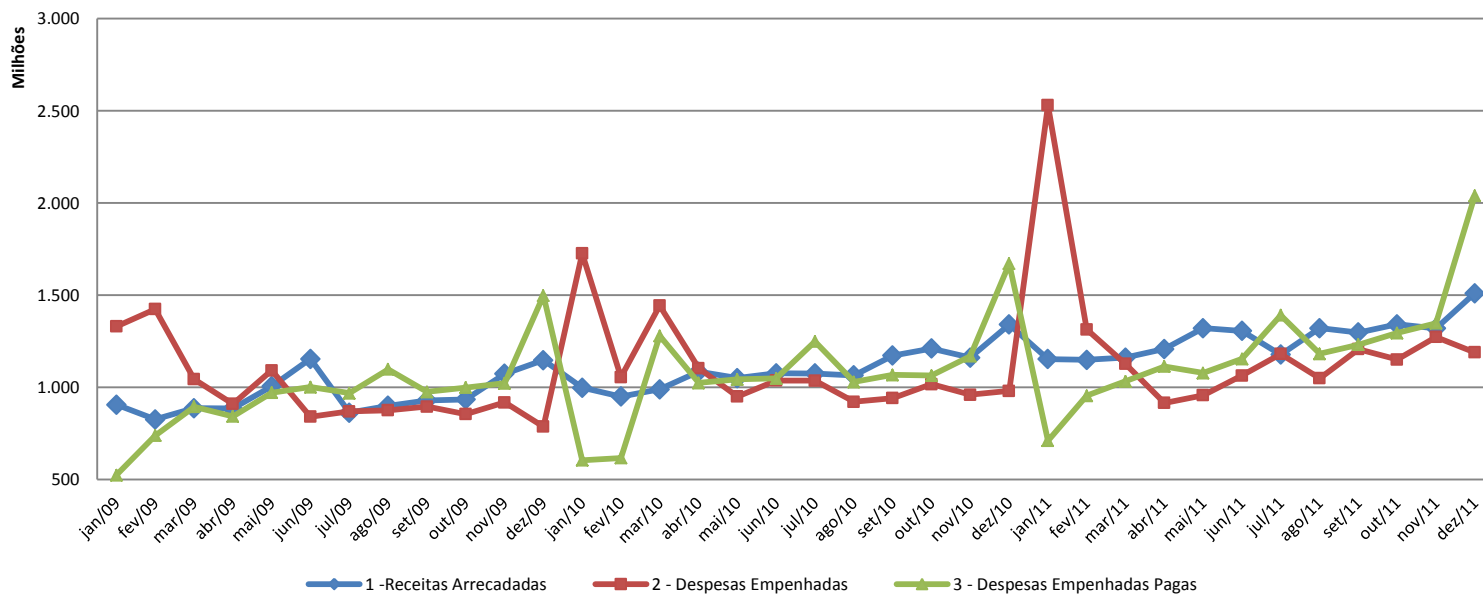




## Resultado da Execução Orçamentária

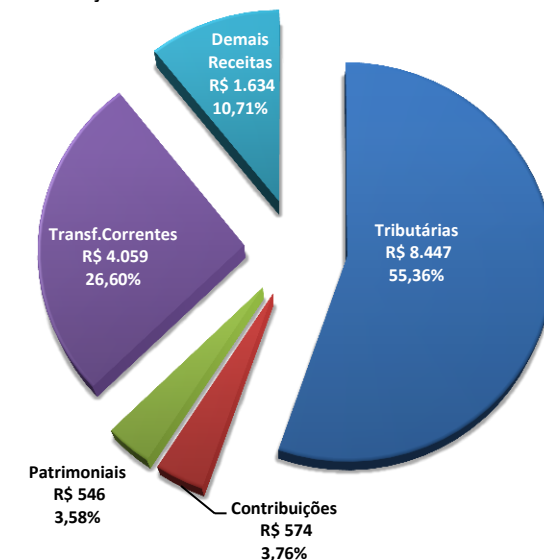


	Até o Mês - 2009	Até o Mês - 2010	Até o Mês - 2011
1 - Receitas Arrecadadas	11.506	13.169	15.260
2 - Despesas Empenhadas	11.837	13.167	14.952
3 - Despesas Empenhadas Pagas	11.528	12.859	14.523
4 - Superávit Orçamentário (1-2)	(330)	2	308
5 - Despesas Empenhadas Financiadas com Recursos do Exercício Anterior	1.198	880	969

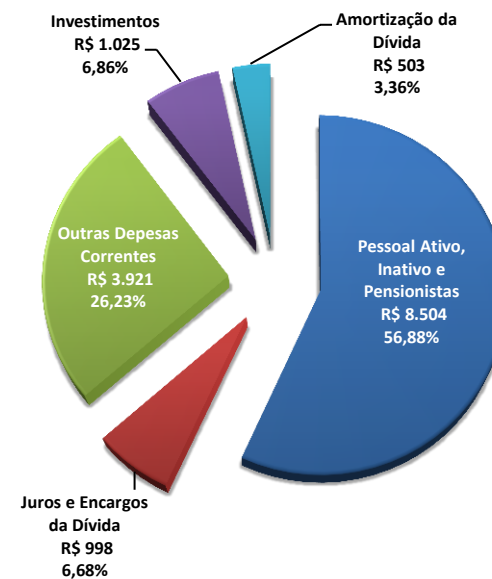


Em Milhões de R\$

Distribuição das Receitas Arrecadadas até o mês 2011



Distribuição das Despesas Empenhadas até o mês 2011







# Receitas

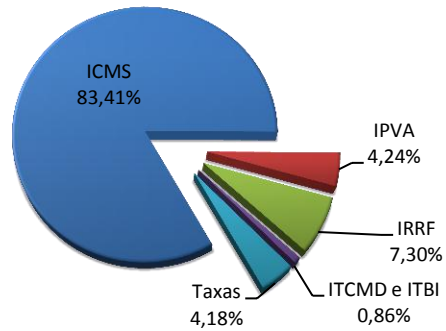




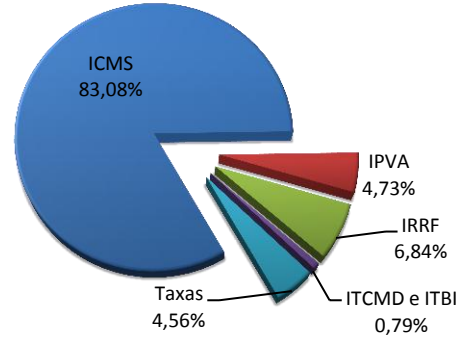


## Receitas Tributárias Líquidas

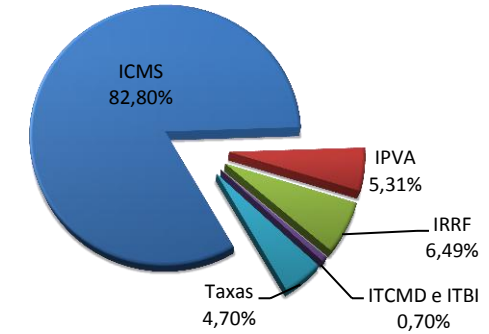
Receitas Tributárias - 2011 - Até o mês



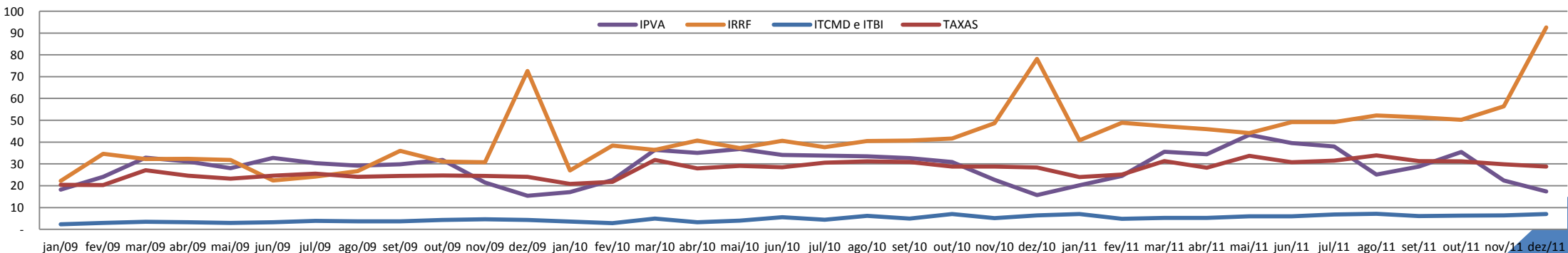
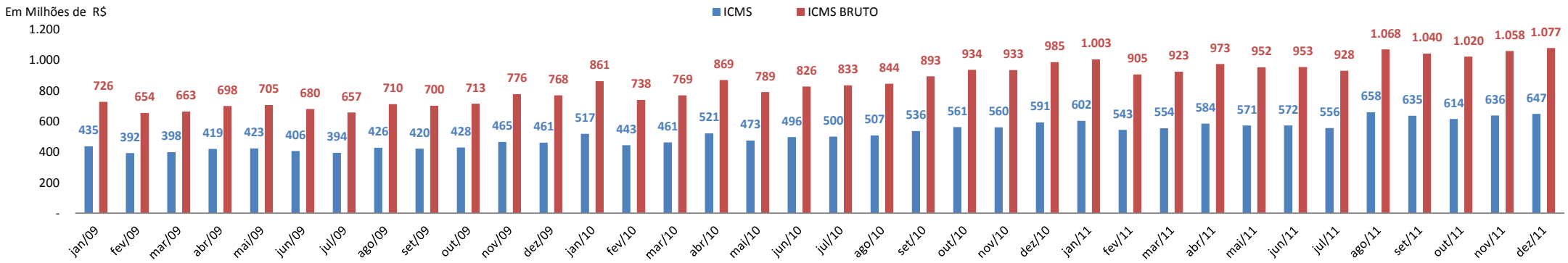
Receitas Tributárias - 2010 - Até o mês



Receitas Tributárias - 2009 - Até o mês



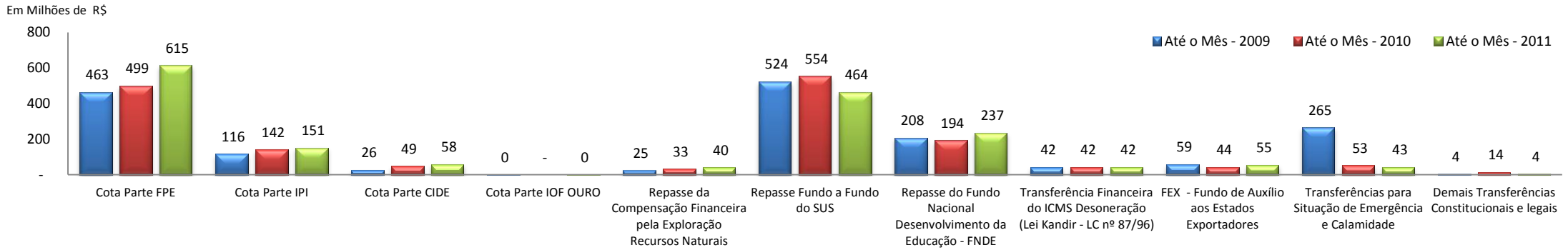
A seguir é apresentado o comportamento da arrecadação das Receitas Tributárias Líquidas dos repasses aos Municípios, FUNDEB e restituições aos contribuintes.



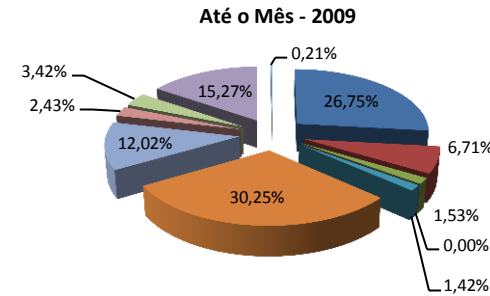
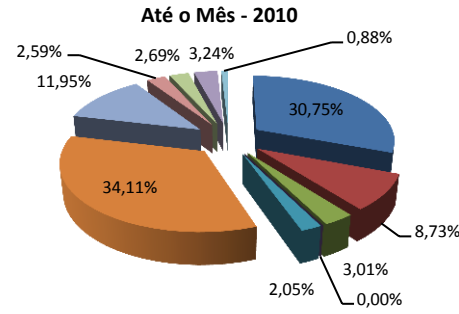
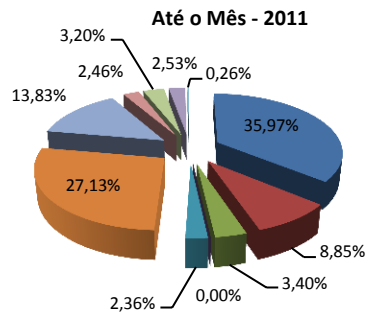




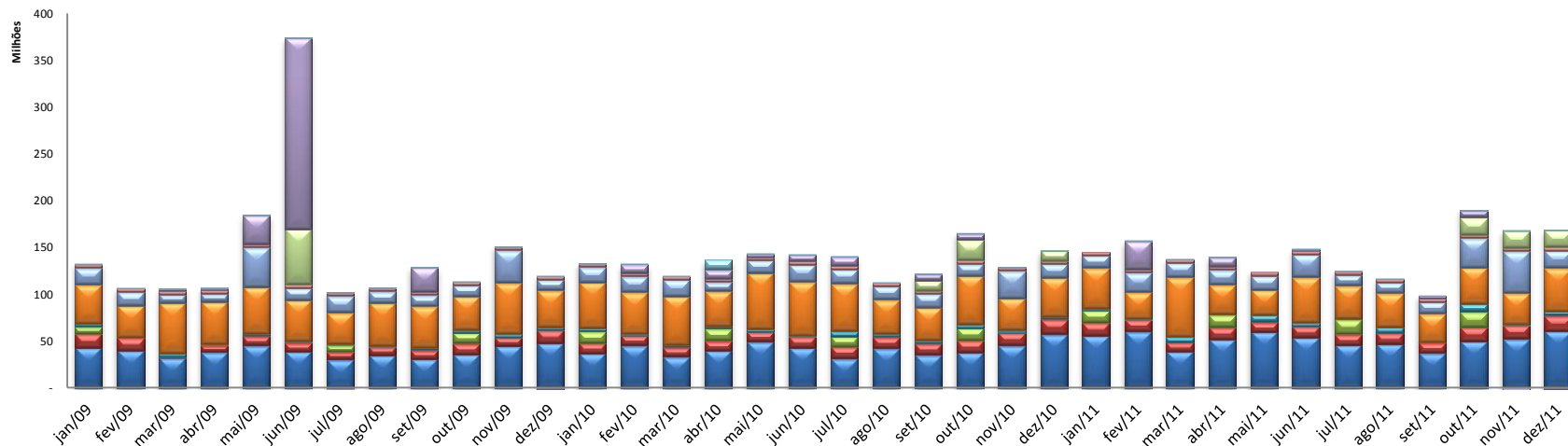
### Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União



### Comportamento das Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União

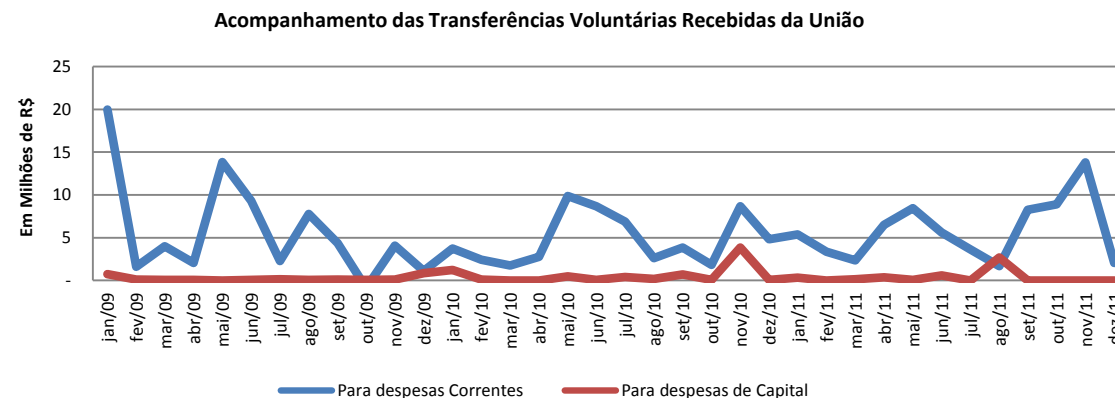
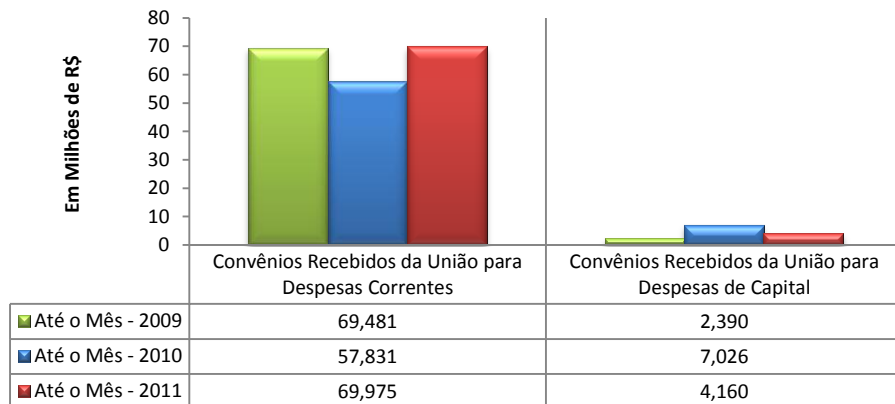


- Demais Transferências Constitucionais e legais
- Transferências para Situação de Emergência e Calamidade
- FEX - Fundo de Auxílio aos Estados Exportadores
- Transferência Financeira do ICMS Desoneração (Lei Kandir - LC nº 87/96)
- Repasse do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação - FNDE
- Repasse Fundo a Fundo do SUS
- Repasse da Compensação Financeira pela Exploração Recursos Naturais
- Cota Parte IOF OURO
- Cota Parte CIDE
- Cota Parte IPI
- Cota Parte FPE



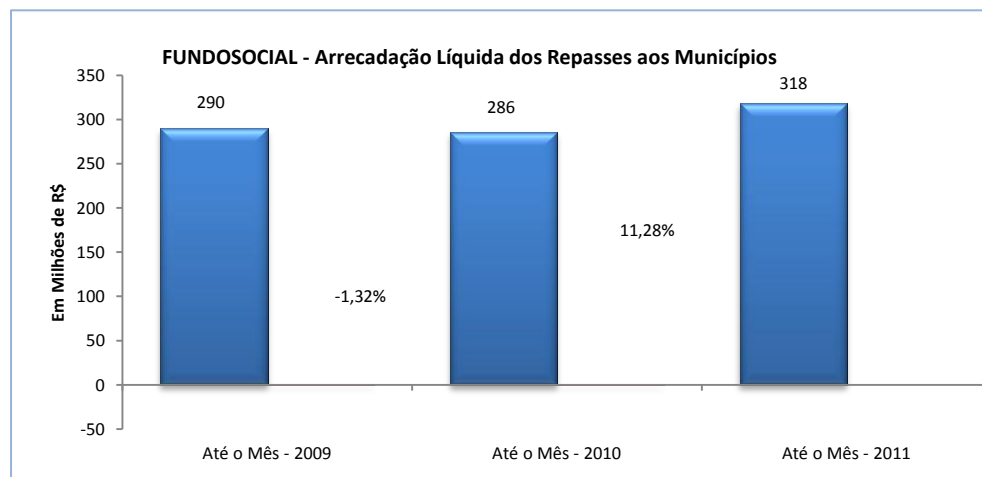


## Transferências Voluntárias Recebidas da União



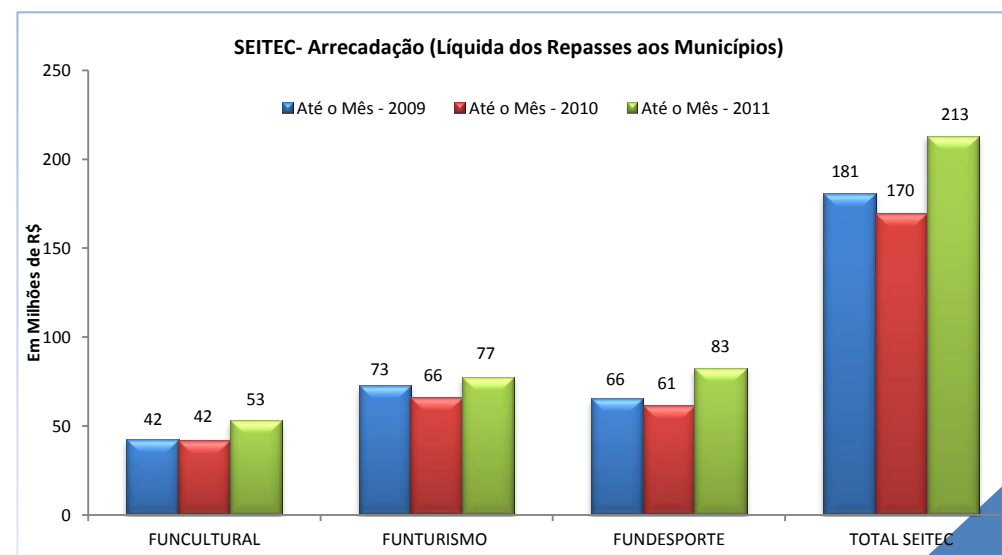
## FUNDOSOCIAL

Criado pela Lei nº 13.334/2005, o Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL tem como finalidade financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades, no Estado de Santa Catarina, inclusive nas áreas da cultura, esporte e turismo, educação especial e educação superior. É um fundo de natureza financeira constituído de reserva de recursos públicos, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda até julho de 2011, quando passou a ser gerido pela Secretaria de Estado da Casa Civil.



## SEITEC

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, instituído pela Lei Estadual nº 13.336/05, é composto pelos Fundos Estaduais de Incentivo à Cultura – FUNCULTURAL, ao Turismo – FUNTURISMO e ao Esporte – FUNDESORTE. Os Fundos do SEITEC, geridos pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, têm por objetivo estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos.





## Metas Bimestrais de Arrecadação

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

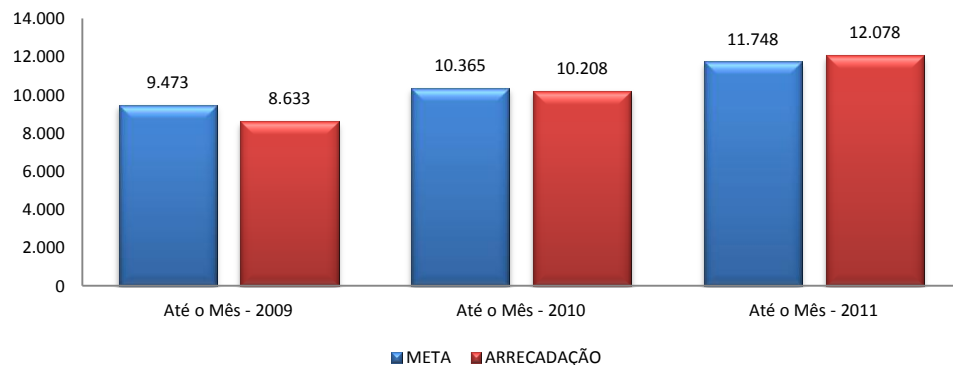
As metas são monitoradas mensalmente, por Fonte de Recursos, agrupadas em dois grupos de destinação de recursos:

- **Recursos do Tesouro** - São aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, normalmente pelo órgão central de programação financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos demais órgãos e entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual. As principais receitas são os Impostos (ICMS, IPVA, ITCMD), as Taxas (Segurança Pública e outras), o Salário Educação, a receita recebida do FUNDEB e as Operações de Crédito.

- **Recursos de Outras Fontes** - São aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está geralmente sob responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas), mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores. Geralmente esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades pelo fornecimento de bens; prestação de serviços e exploração econômica do patrimônio próprio.

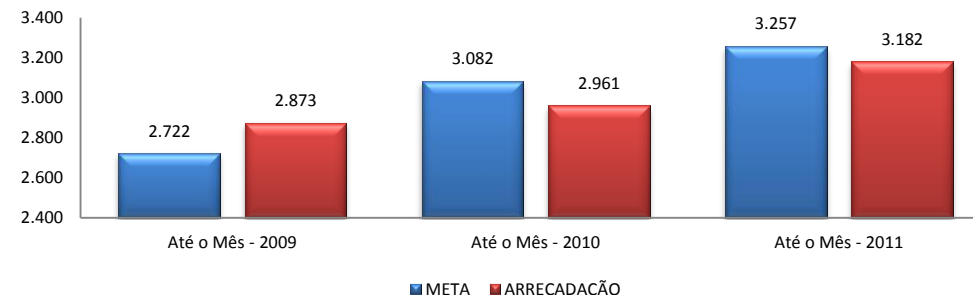
Em Milhões de R\$

Recursos do Tesouro

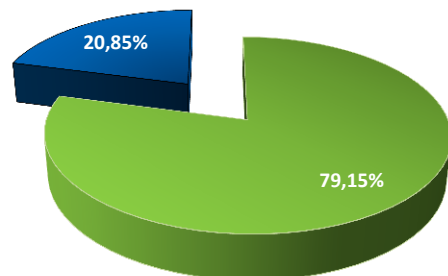


Em Milhões de R\$

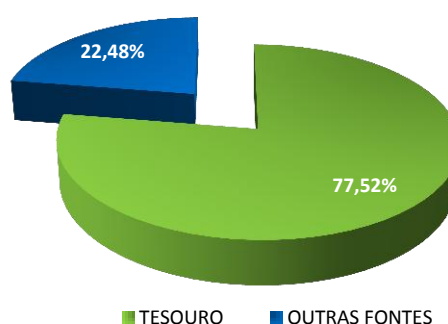
Recursos de Outras Fontes



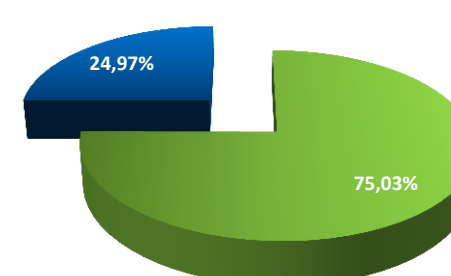
2011 - Arrecadado Até o Mês



2010 - Arrecadado Até o Mês



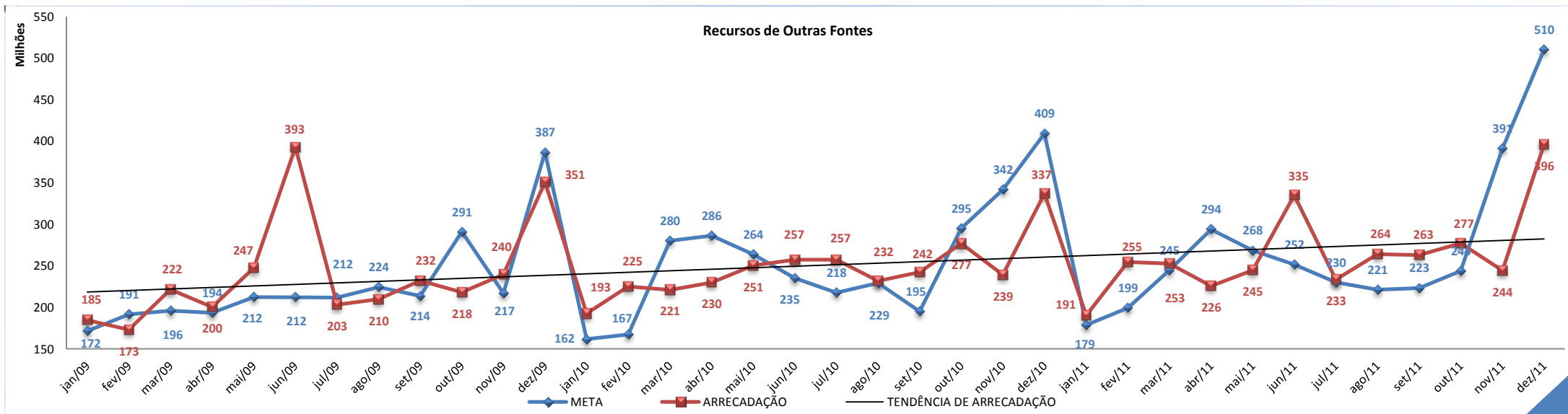
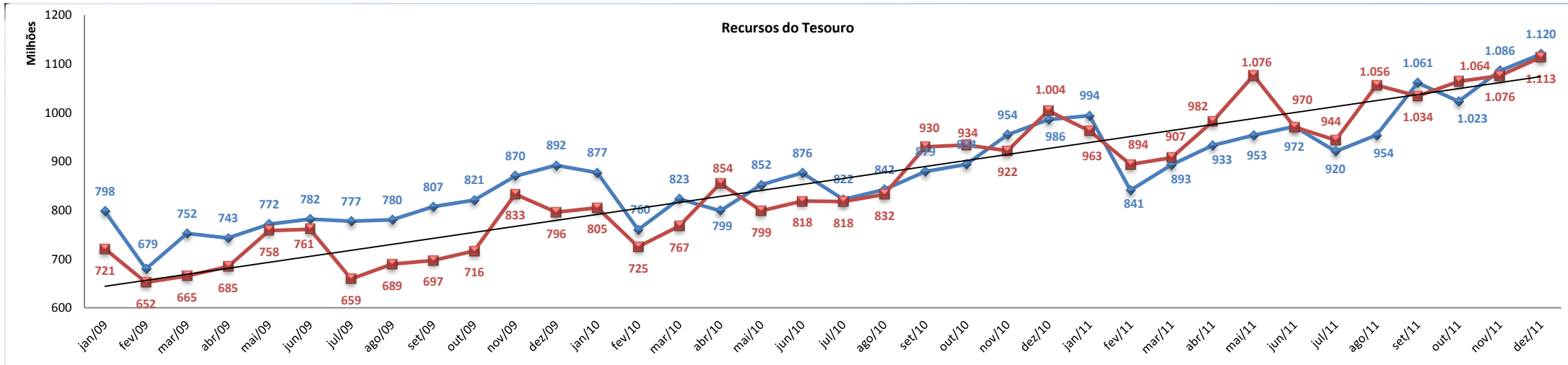
2009 - Arrecadado Até o Mês







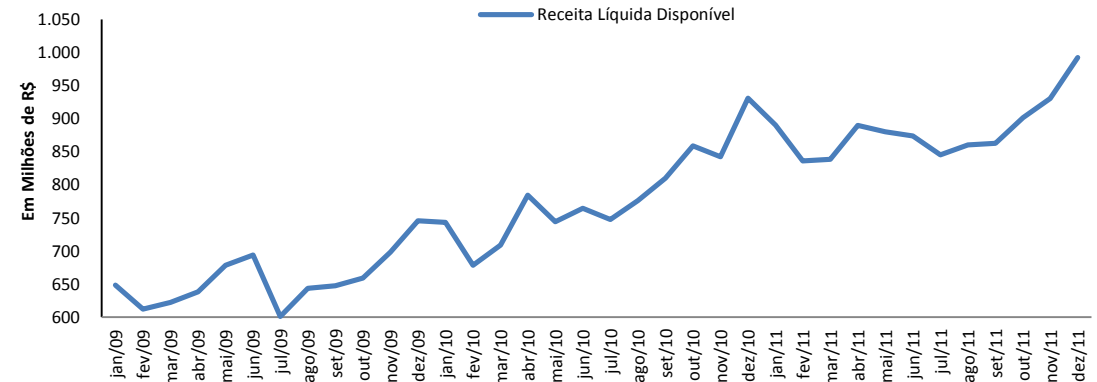
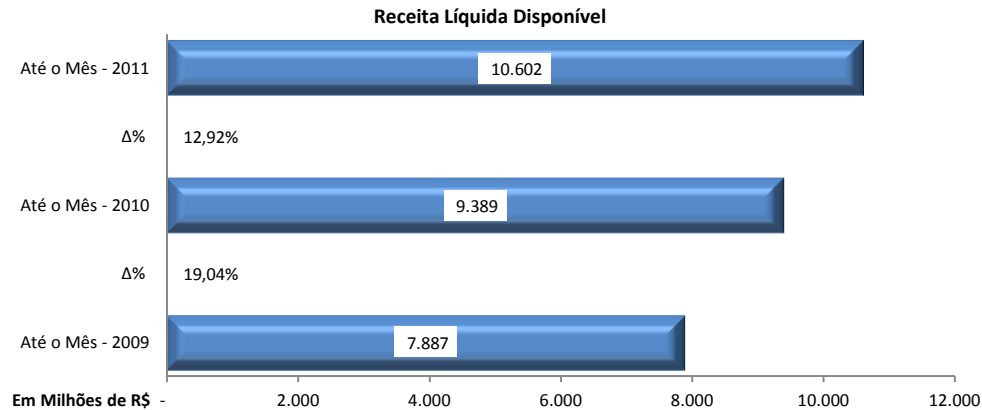
## Acompanhamento das Metas Bimestrais de Arrecadação





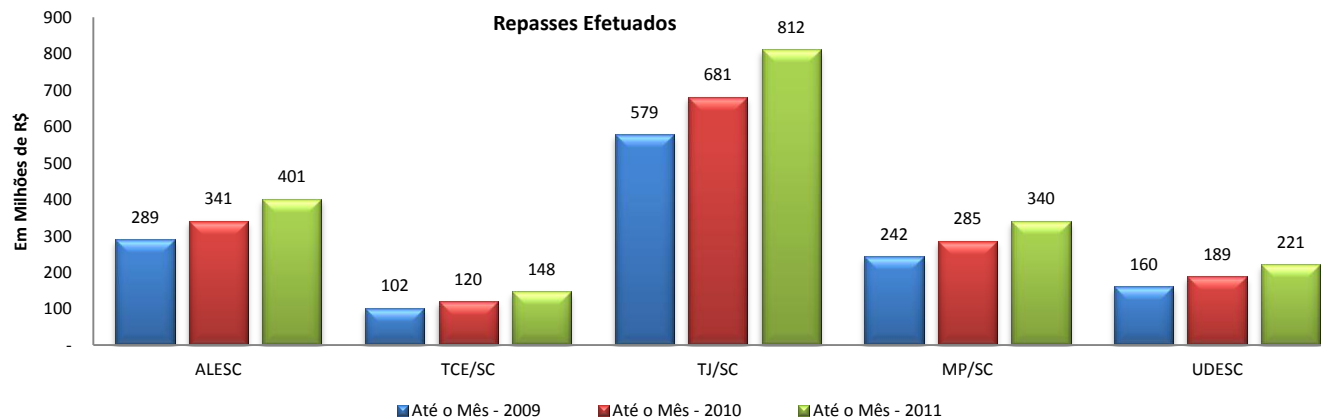
## Receita Líquida Disponível – RLD

Conceito de receita estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para elaboração dos orçamentos da Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Udesc.

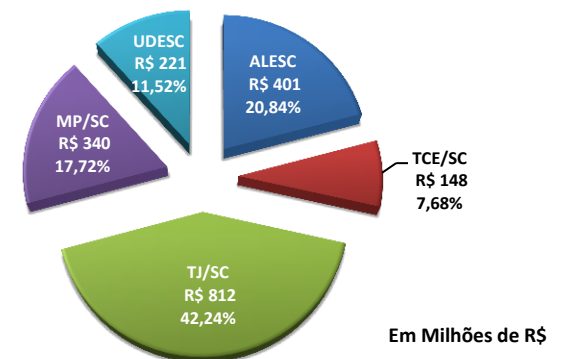


## Repasses Financeiros aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Udesc

Assim como o conceito da RLD, os percentuais de repasses aos Poderes, Órgãos e Udesc também são definidos na LDO. Cabe ao Tesouro do Estado o repasse mensal, calculado com base da RLD do mês anterior. Para 2011 foram definidos os seguintes percentuais: Alesc - 3,80%, TCE - 1,40%, TJ - 7,70%, MP - 3,23% e UDESC - 2,10%.



Repasses Efetuados - Acumulado Até o Mês 2011

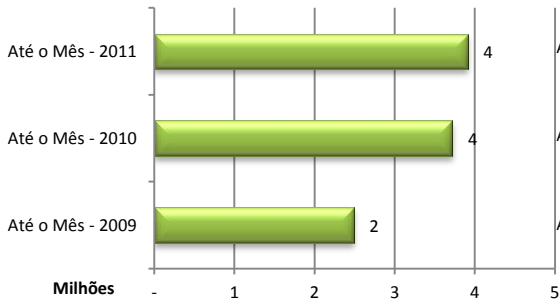


Para maiores informações sobre a Receita Líquida Disponível, os repasses aos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Udesc, bem como as demais receitas destes Poderes e Órgãos, recomendamos a leitura do Demonstrativo Participação dos Poderes na Receita Estadual, disponível no Portal da Transparência [www.transparencia.sc.gov.br](http://www.transparencia.sc.gov.br) no item 3 - Informações Mensais e Anuais ou através do link [http://www.sef.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=658&Itemid=26](http://www.sef.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=658&Itemid=26)

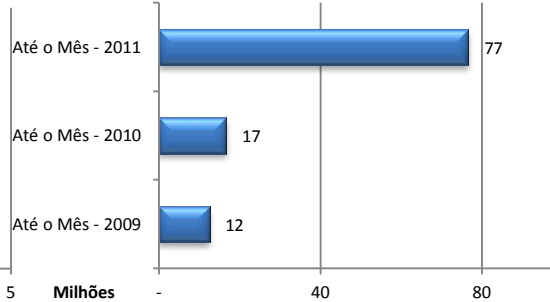


## Receita da Dívida Ativa

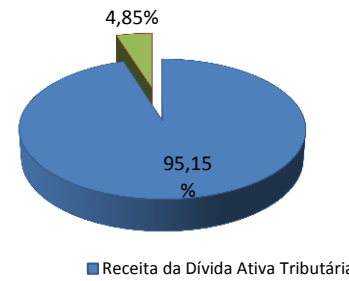
Receita da Dívida Ativa Não Tributária



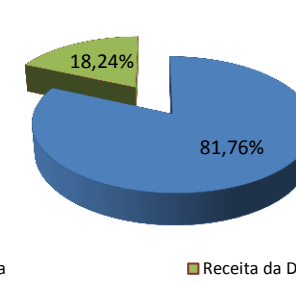
Receita da Dívida Ativa Tributária



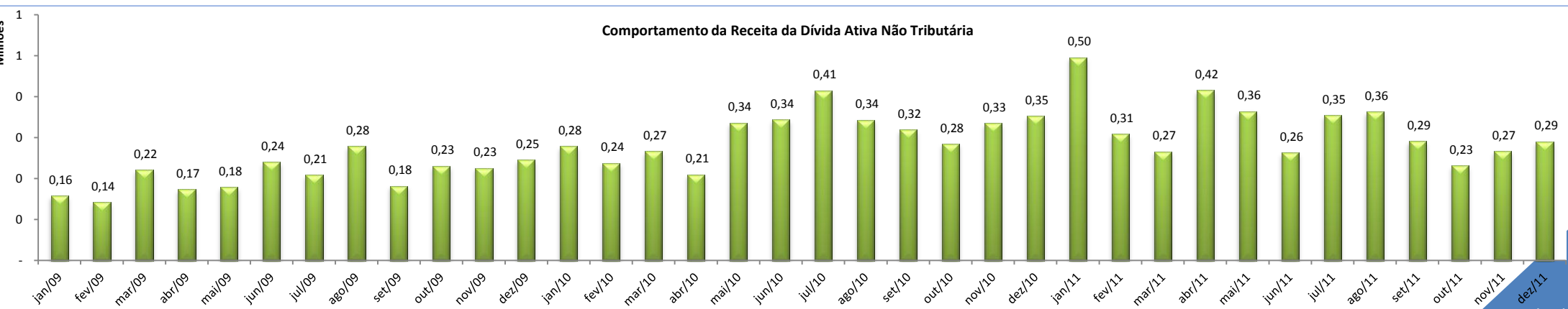
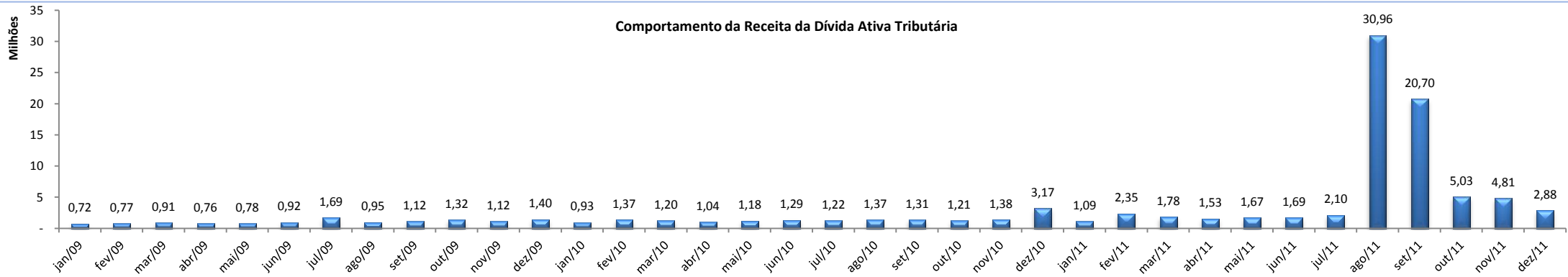
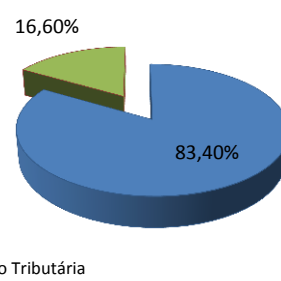
Até o Mês de 2011



Até o Mês de 2010



Até o Mês de 2009

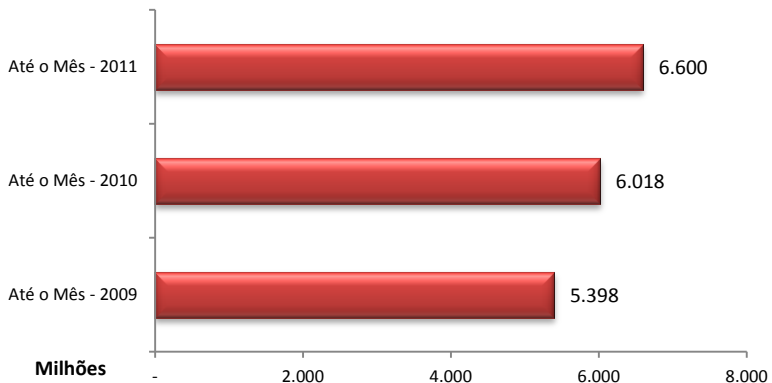




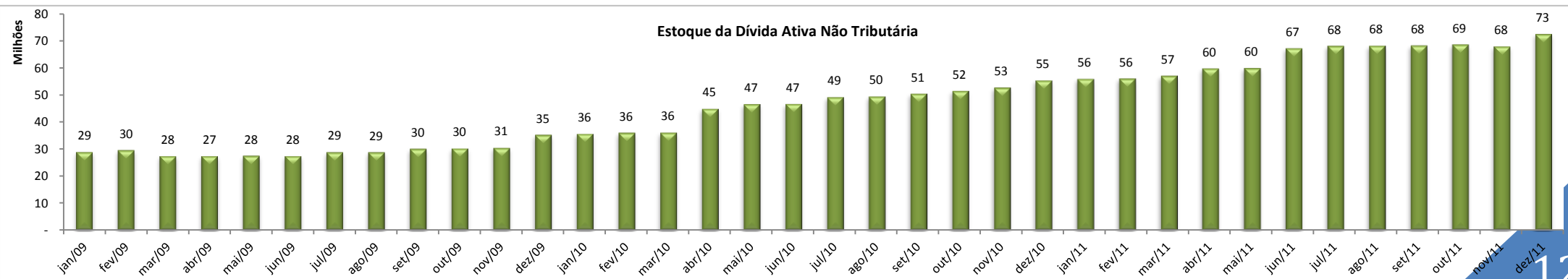
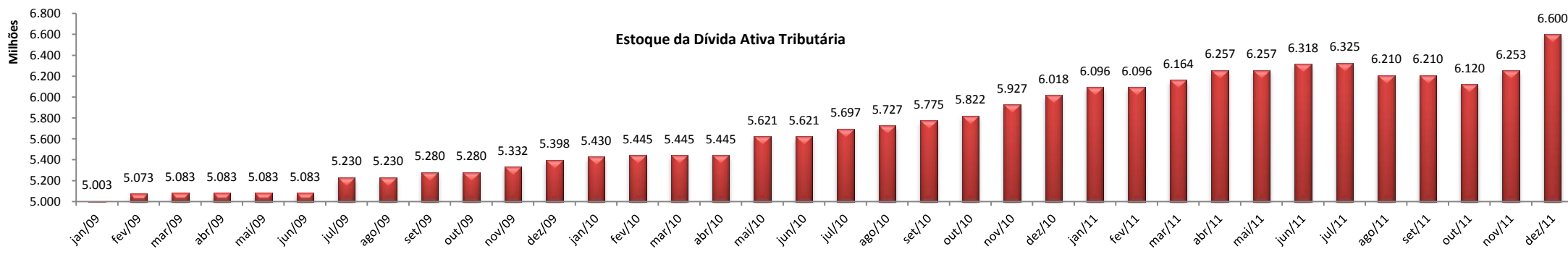
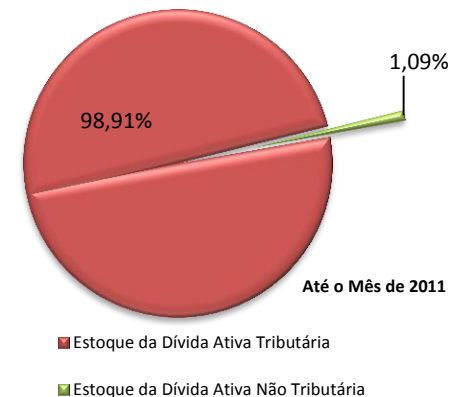
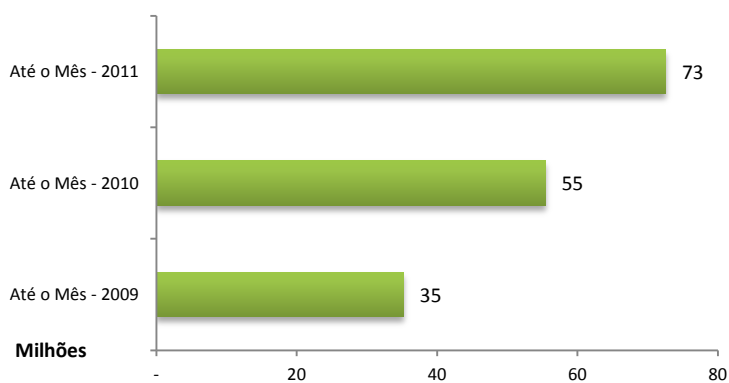


## Dívida Ativa

Estoque da Dívida Ativa Tributária



Estoque da Dívida Ativa Não Tributária



Com ensino de qualidade,  
os catarinenses chegam mais longe.



Santa Catarina está preparada para o futuro: aqui existem escolas informatizadas em todas as regiões, laboratórios per interdição em tempo integral. Aliado a esse diferencial, o investimento em novas salas de aula, material didático, uniformes e professores qualificados prepara os alunos para melhores oportunidades. Hoje, segundo o MEC, Santa Catarina apresenta o maior índice de frequência escolar do Brasil e qualidade de ensino comprovada pelo IEBE\*, sendo sempre as primeiras no ranking nacional de 3ª a 9ª série e do Ensino Médio. Além disso, possuímos o melhor índice de alfabetização do Brasil\*\*.

Secretaria de Estado  
da Educação



Para mais informações sobre os projetos da Secretaria da Educação, acesse [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br)

# APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS

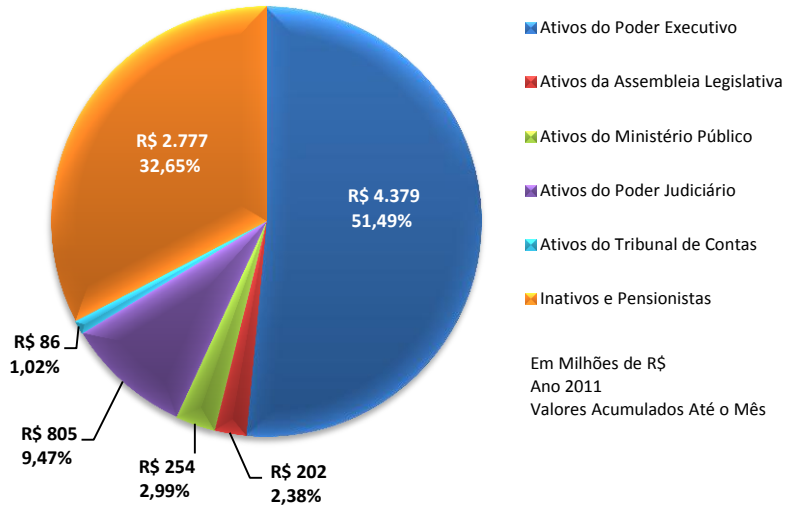






## Gasto com Pessoal Ativo, Inativos e Pensionistas

Despesas de Pessoal do Estado

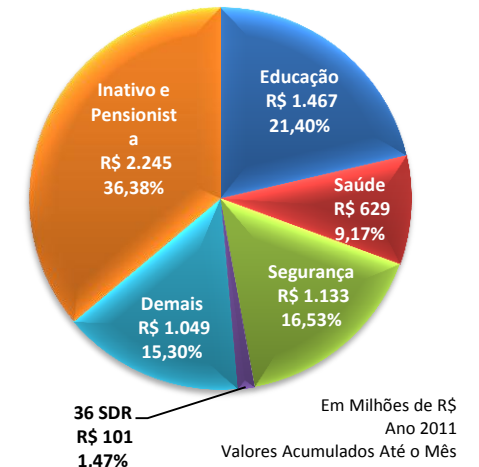


Neste quadro são apresentadas as despesas brutas com Pessoal e Encargos.

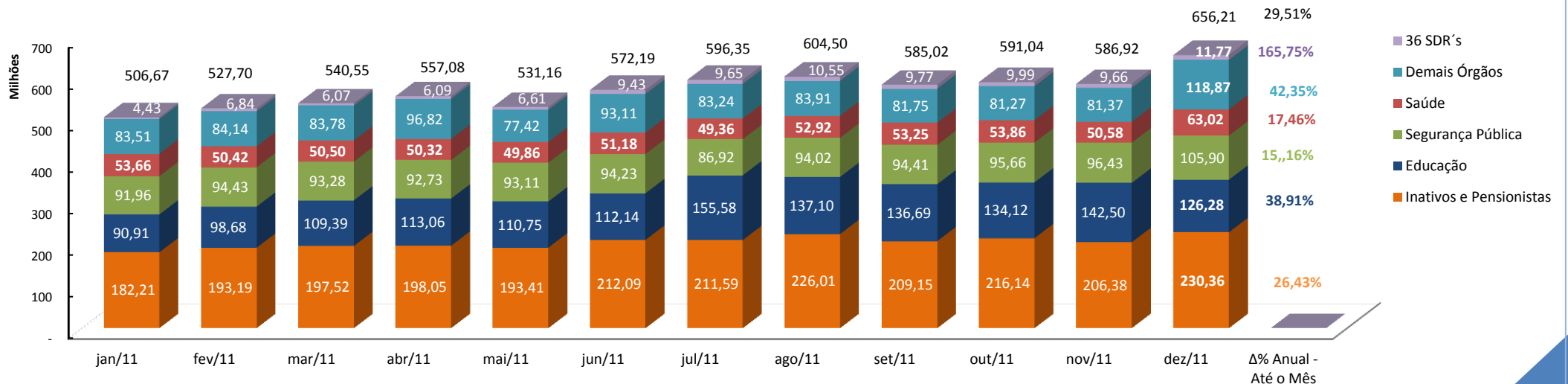
Ressalta-se que as Despesas com Pessoal consideradas para fins de limite da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF diferem das despesas apresentadas neste quadro, pois para o cálculo da LRF são acrescidas as despesas com substituição de mão-de-obra e deduzidas as despesas de exercícios anteriores, sentenças judiciais, indenizações trabalhistas e as despesas de inativos e pensionistas pagas com recursos do IPREV.

Na página 21 pode-se verificar o comportamento das Despesas com Pessoal para fins de limite da LRF.

Despesas de Pessoal do Poder Executivo



Acompanhamento Mensal das Despesas de Pessoal do Poder Executivo



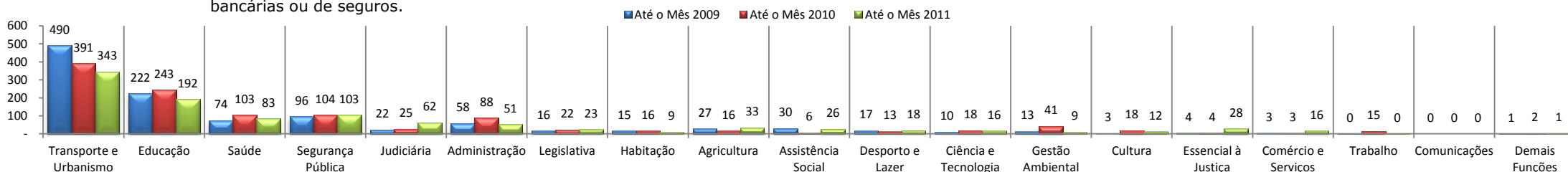
Observação: As nomeações dos ACTs da Educação e dos cargos comissionados SDRs ocorreram a partir do mês de fevereiro. Em Julho foi implantado o piso nacional do Magistério.



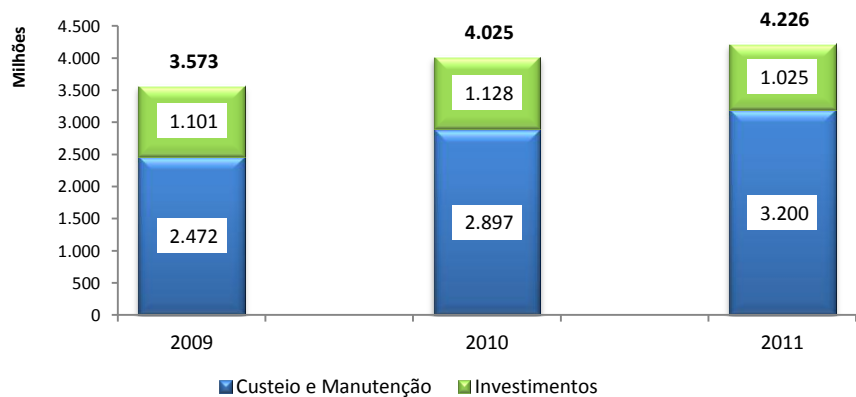
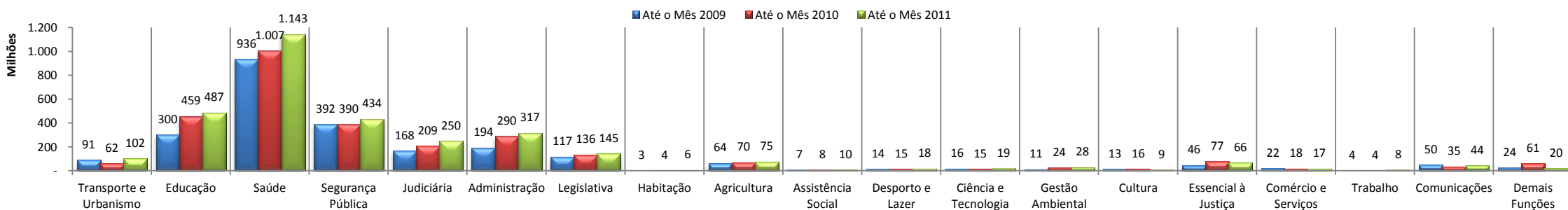


## Investimentos e Custeio por Função de Governo

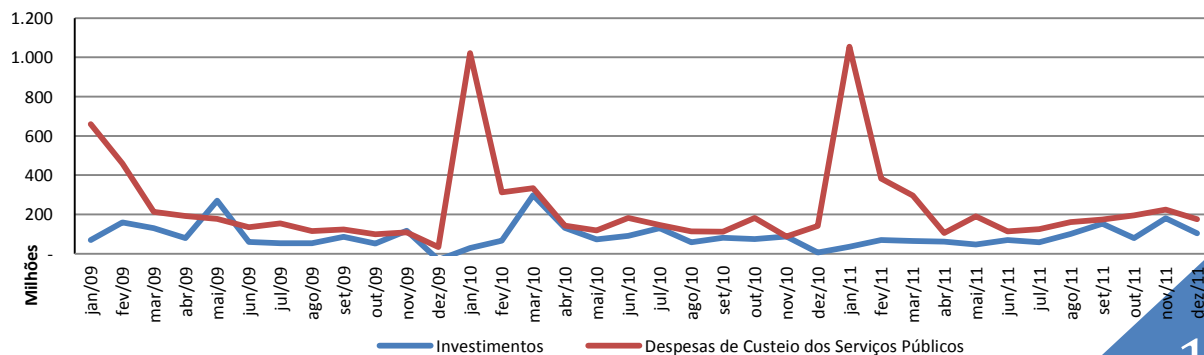
**Investimentos** - Representam as despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes. No valor total dos investimentos também foram consideradas as inversões financeiras, que representam as despesas com aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital, bem como as despesas com constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.



**Custeio dos Serviços Públicos** - Representa a despesa, aplicada diretamente pelo Estado na manutenção dos serviços públicos existentes, tais como: Educação, Saúde e Segurança e ainda na conservação de bens móveis e imóveis.



### Acompanhamento Mensal dos Investimentos e Despesas de Custeio dos Serviços Públicos

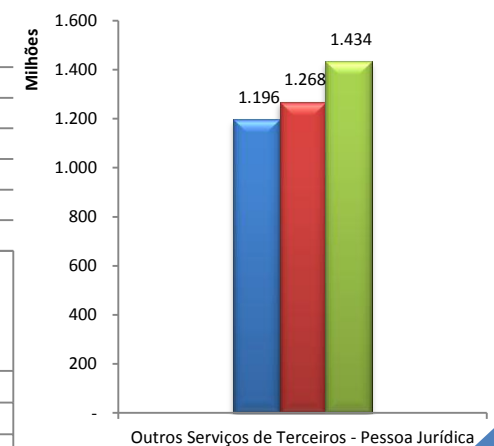
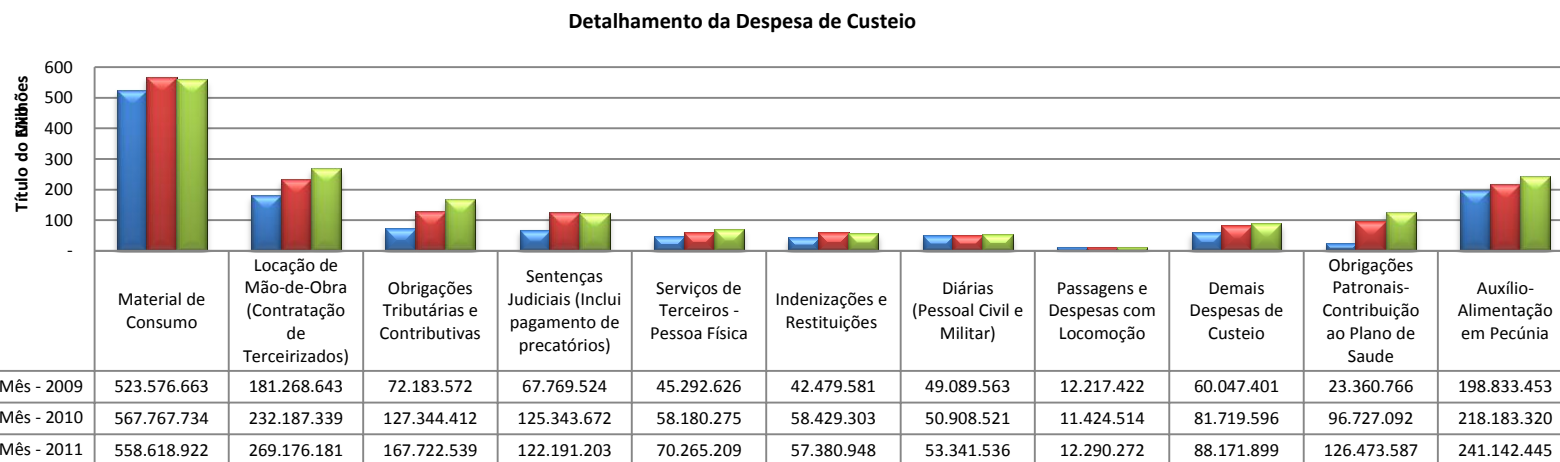
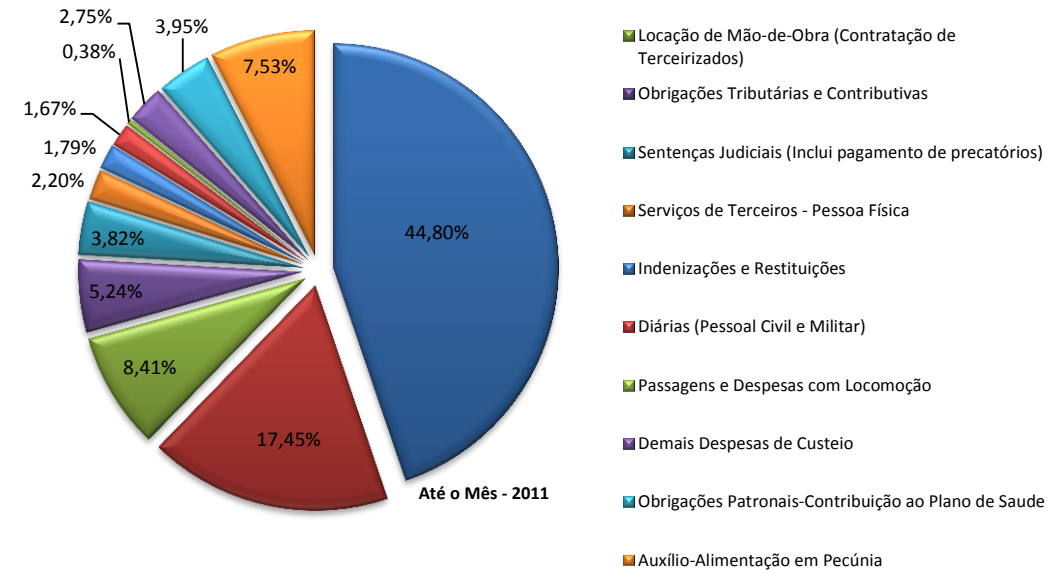
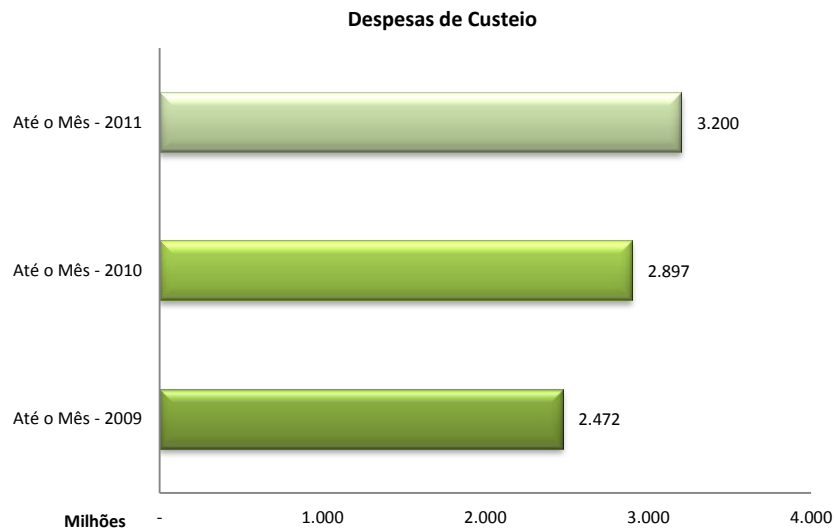


\*No mês de Dezembro foram somados às despesas liquidadas os restos a pagar não processados inscritos no exercício.



## Despesas com custeio dos serviços públicos

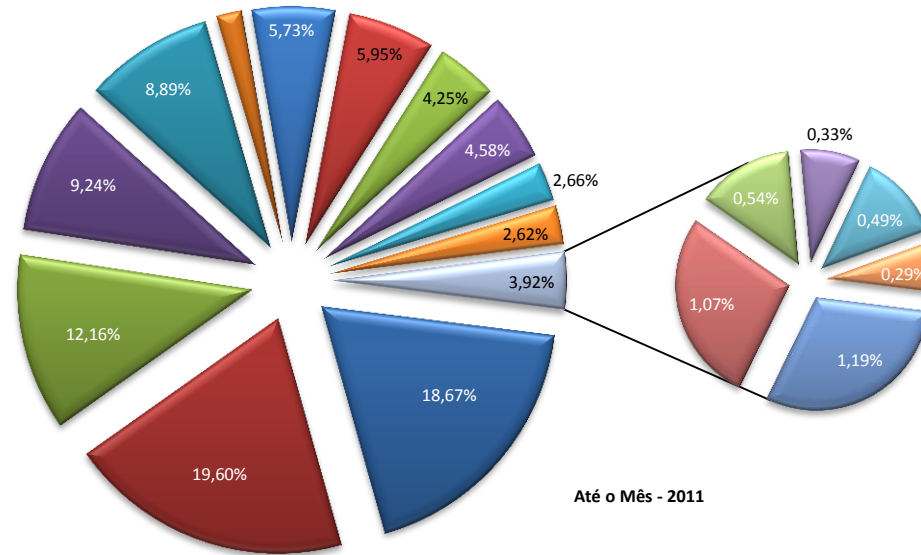
As despesas de Custeio são aquelas que visam a manutenção dos serviços públicos existentes e que se destinam à conservação de bens móveis e imóveis. Aqui são detalhadas as despesas aplicadas diretamente pelo Estado.



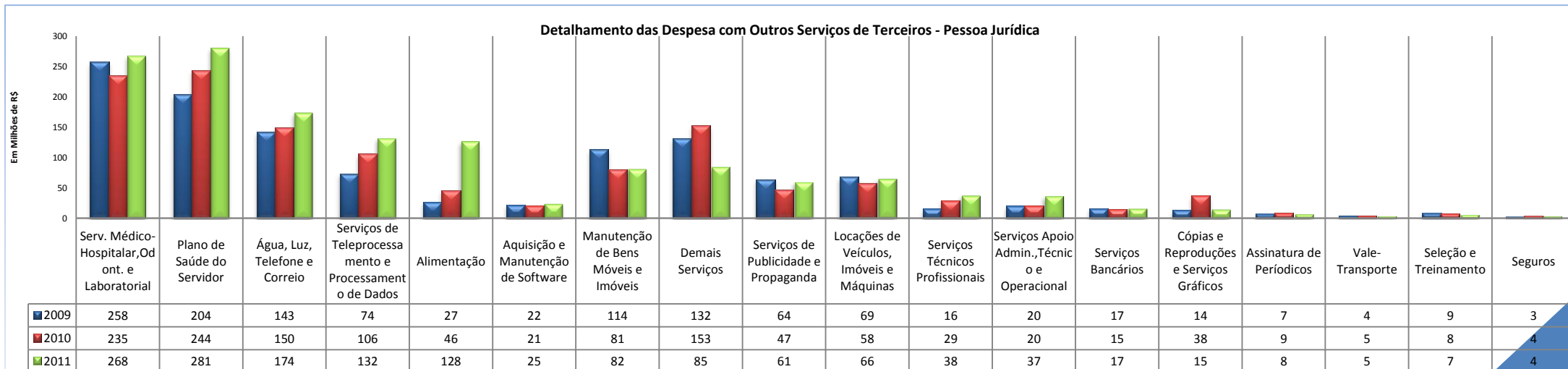


## Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Neste quadro é apresentada a composição detalhada dos Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica que representam mais de 44% das Despesas com Custeio e Manutenção dos Serviços Públicos demonstradas na página anterior.



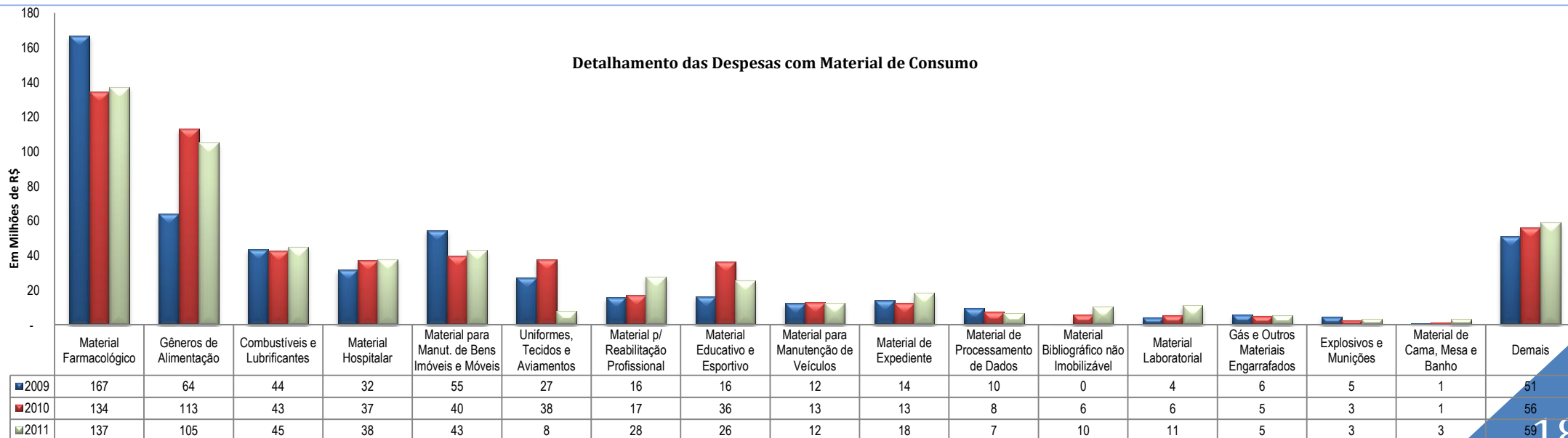
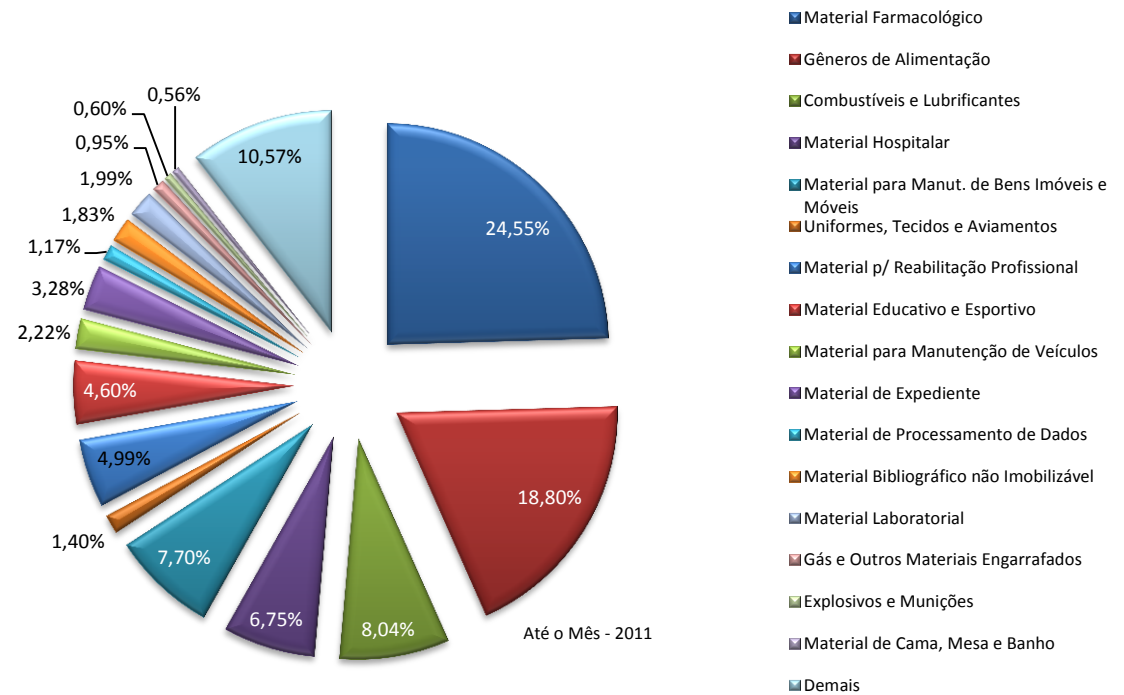
- Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratorial
- Plano de Saúde do Servidor
- Água, Luz, Telefone e Correio
- Serviços de Teleprocessamento e Processamento de Dados
- Alimentação
- Aquisição e Manutenção de Software
- Manutenção de Bens Móveis e Imóveis
- Demais Serviços
- Serviços de Publicidade e Propaganda
- Locações de Veículos, Imóveis e Máquinas
- Serviços Técnicos Profissionais
- Serviços Apoio Admin., Técnico e Operacional
- Serviços Bancários
- Cópias e Reproduções e Serviços Gráficos
- Assinatura de Periódicos
- Vale-Transporte
- Seleção e Treinamento
- Seguros





## Material de Consumo

Neste quadro é apresentada a composição detalhada do Material de Consumo que representa, em média, 17% das Despesas com Custeio dos Serviços Públicos demonstradas na página 16.







## Transferências voluntárias realizadas pelo Estado

As transferências voluntárias são recursos transferidos pelo Governo do Estado aos Municípios e às Instituições Privadas, com ou sem fins lucrativos, para execução de despesas correntes ou de capital e que não decorram de determinação constitucional ou legal.

Existem quatro tipos de transferências: Contribuições, Auxílios, Serviços de Transporte Escolar e Subvenções sociais.

### Contribuições

Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de manutenção (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços

### Auxílios

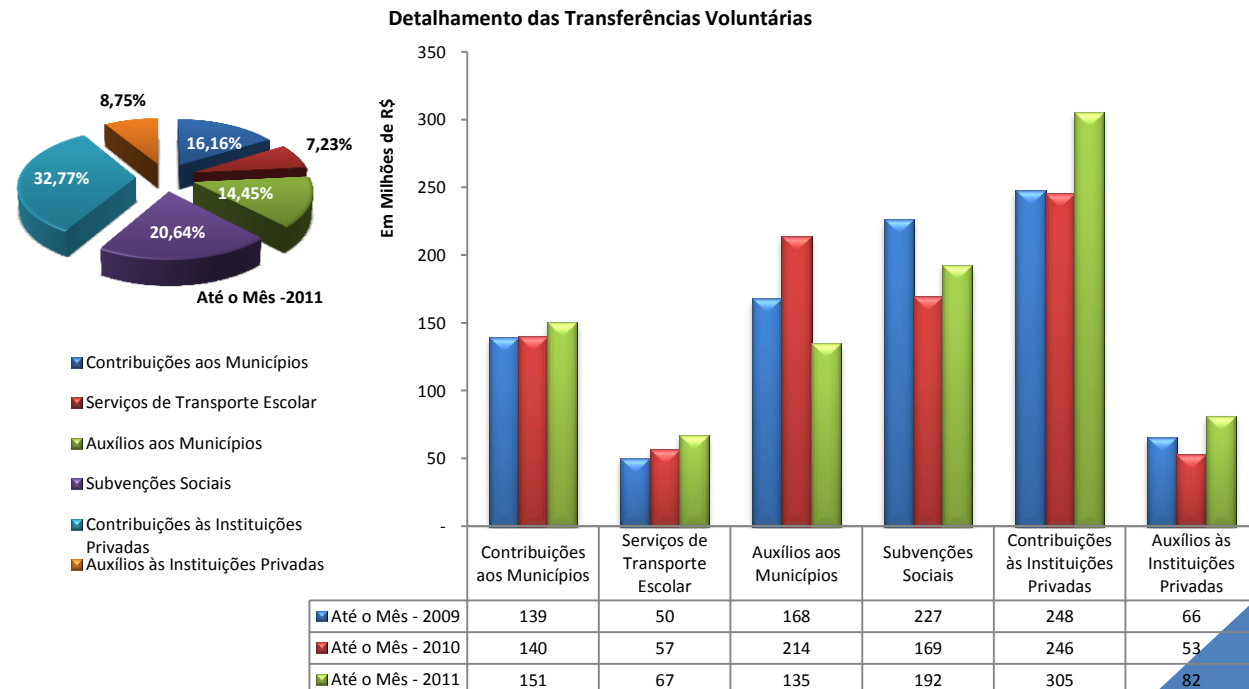
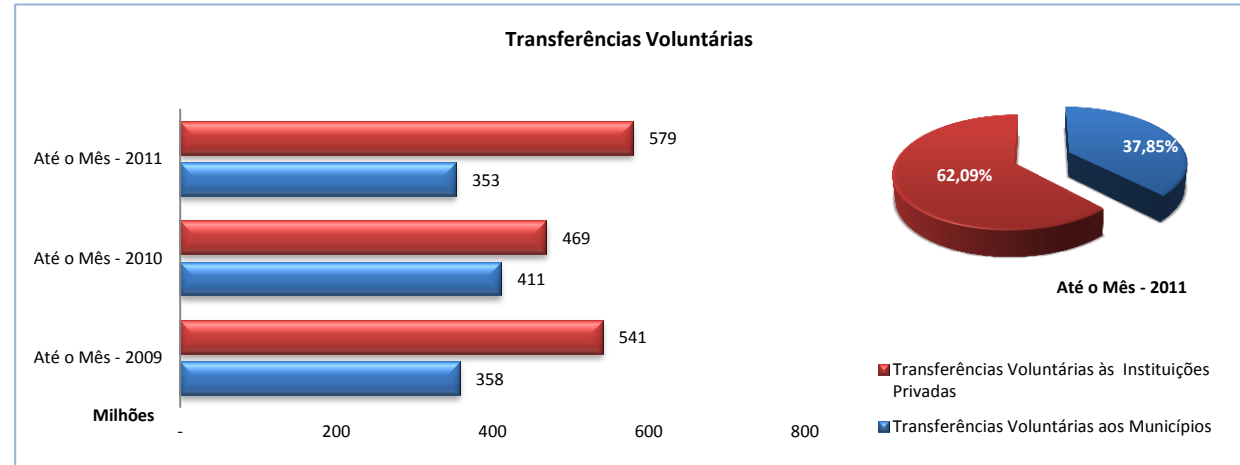
Representam os recursos repassados aos Municípios ou Instituições Privadas para atender despesas de investimentos (realização de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, etc). Não exigem contraprestação direta de bens e serviços.

### Subvenções Sociais

Representam os recursos repassados às Instituições Privadas de serviços essenciais de Assistência Social, Médica e Educacional, para atender despesas de manutenção da entidade (compra de material de consumo, contratação de serviços de terceiros, etc).

### Serviços de Transporte Escolar

Representam os recursos repassados aos Municípios para atender despesas de locomoção e transporte de alunos e professores da rede pública.



## LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

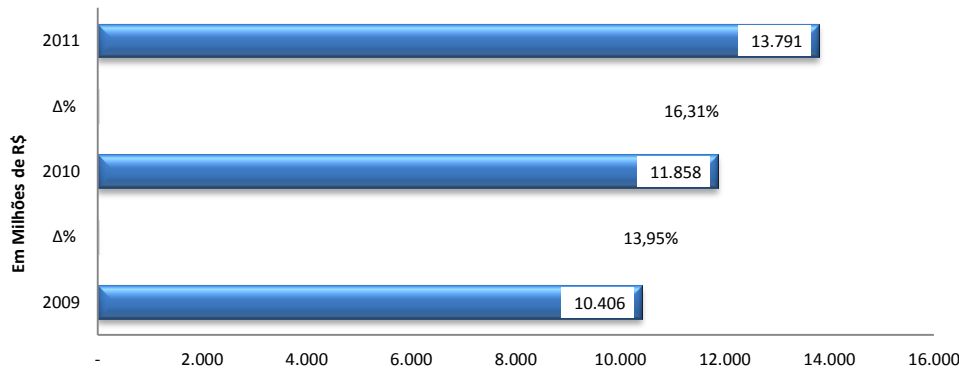
---



## Receita Corrente Líquida – RCL

Conceito de receita estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal que serve de base para a verificação do cumprimento dos limites de Gastos com Pessoal, Dívida Consolidada Líquida, das contratações de Operações de Crédito (empréstimos de longo prazo) e Concessão de Garantias.

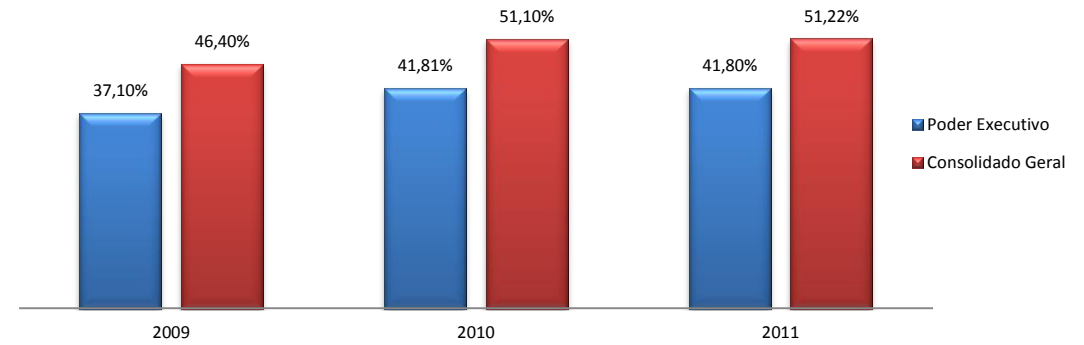
A Receita Corrente Líquida é calculada com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).



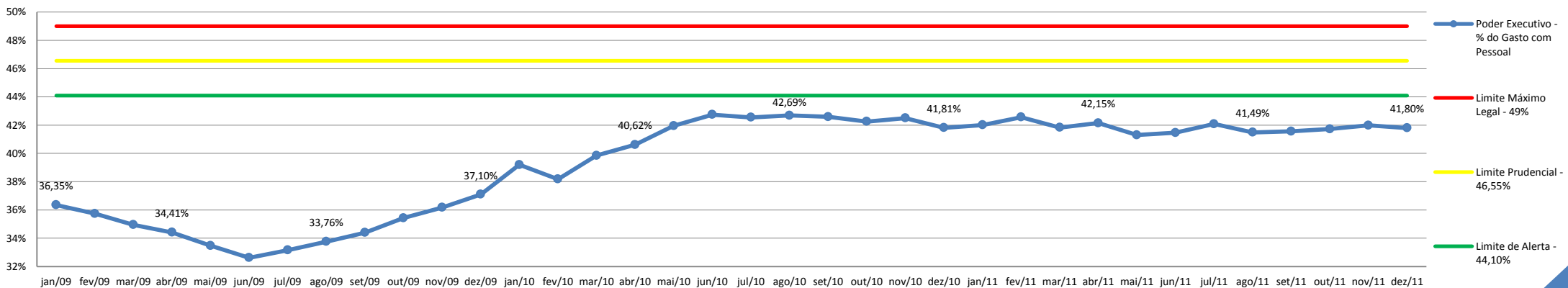
## Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade

Os percentuais de Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida de cada Poder e Órgão são apurados tomando por base a Receita Corrente Líquida e as despesas com pessoal realizadas no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).

A LRF estabeleceu o limite máximo de gastos com pessoal para cada poder e órgão sendo 49% da RCL para o Poder Executivo e 60% para o consolidado geral.



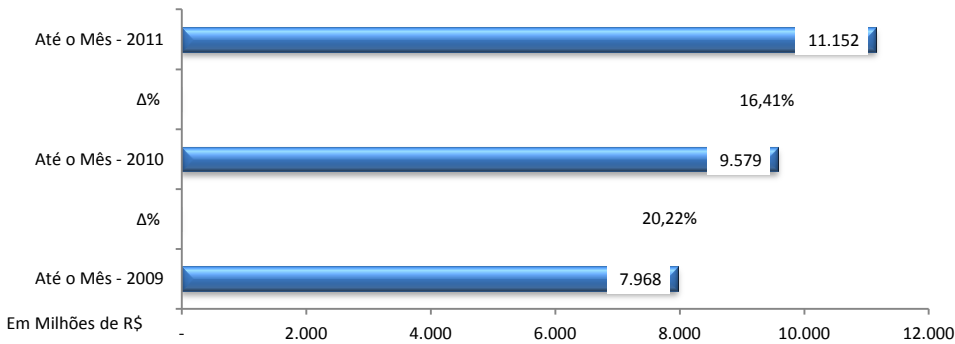
## Gasto com Pessoal – Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal





## Receita Líquida de Impostos - RLI

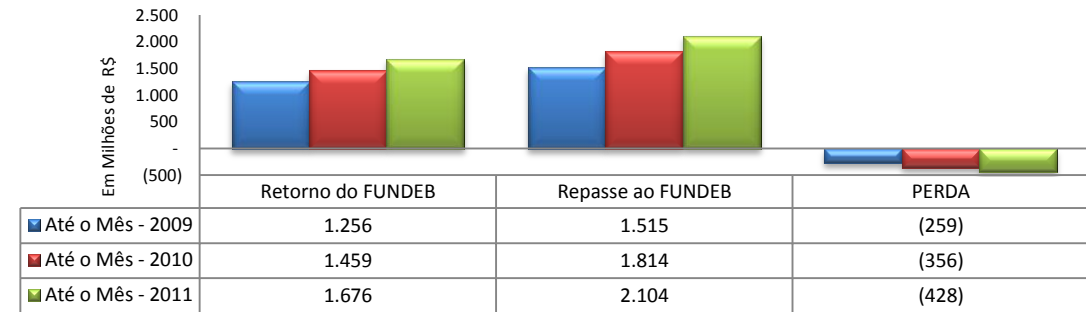
Esta receita serve de base para o cálculo dos valores a serem aplicados em saúde e educação. É composta pelas seguintes receitas: ICMS, IPVA, ITCMD, IRRF, FPE, ICMS-Desoneração (Lei Kandir), Cota-Parte IPI Exportação e Cota-Parte IOF-Ouro, deduzidos os valores repassados aos municípios sobre as receitas de ICMS (25%), IPVA (50%) e IPI (25%) e as devoluções aos contribuintes.



## Recursos do FUNDEB

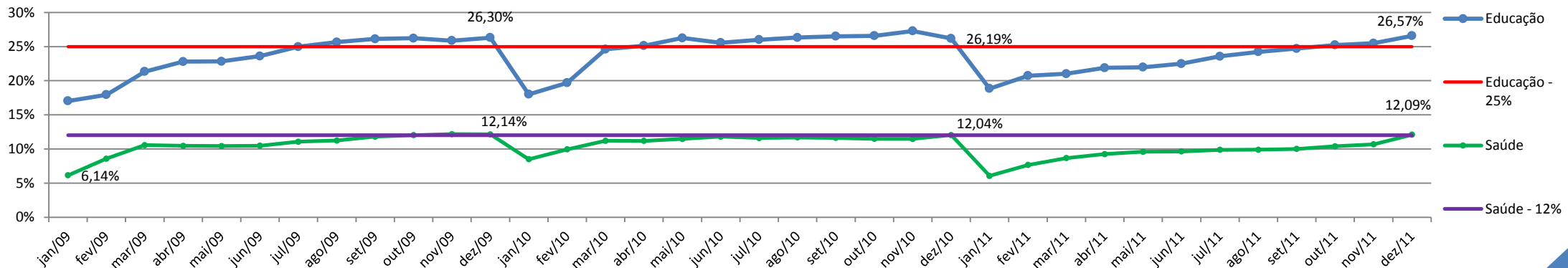
Das receitas arrecadadas pelo Estado e após a destinação constitucional aos municípios são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos: ICMS, IPVA, ITCMD, FPE, ICMS Desoneração – LC nº87/1996 e IPI-Exportação.

A redistribuição dos recursos do FUNDEB ao Estado e aos Municípios catarinenses é realizada de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.



## Aplicação em Educação e Saúde

O Governo do Estado, por força da Constituição Federal, deve aplicar anualmente em Educação e serviços de Saúde Pública, no mínimo, o valor correspondente ao percentual de 25% e 12% da RLI, respectivamente. Esta aplicação, portanto, deve ser comprovada no final do exercício.

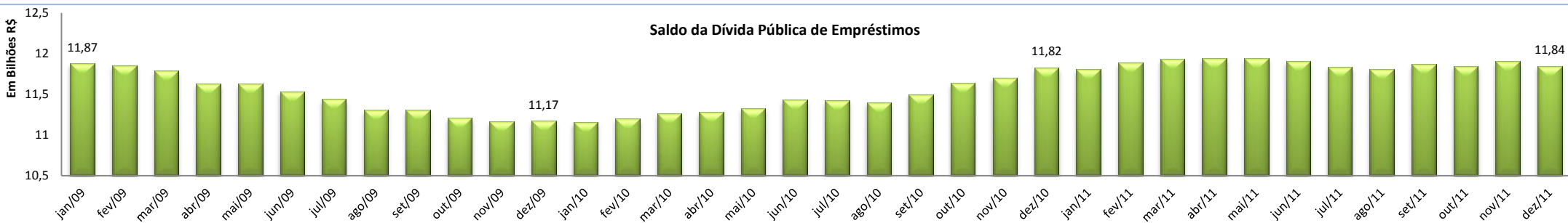






## Dívida Pública de Empréstimos

A Dívida Pública de Empréstimos representa os valores que o Estado tem a obrigação de pagar em decorrência de empréstimos contraídos junto ao Governo Federal e às instituições financeiras, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

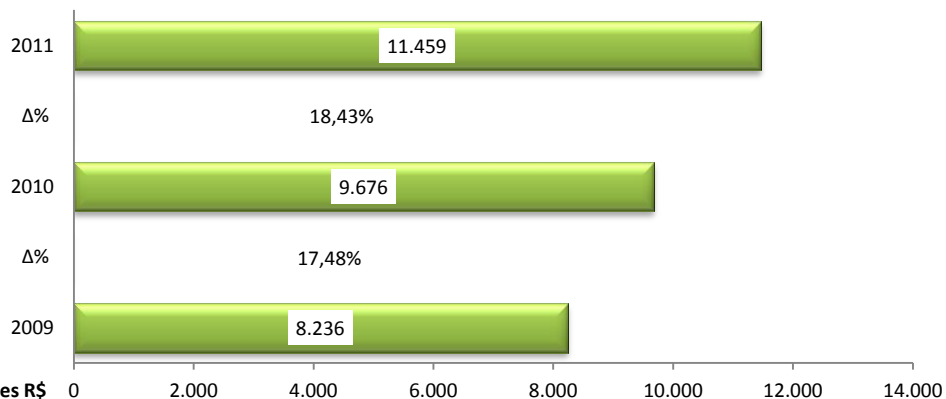


## Receita Líquida Real

Conceito de receita estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97, que proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da federação e serve de base para o pagamento da dívida pública renegociada (intra-limite).

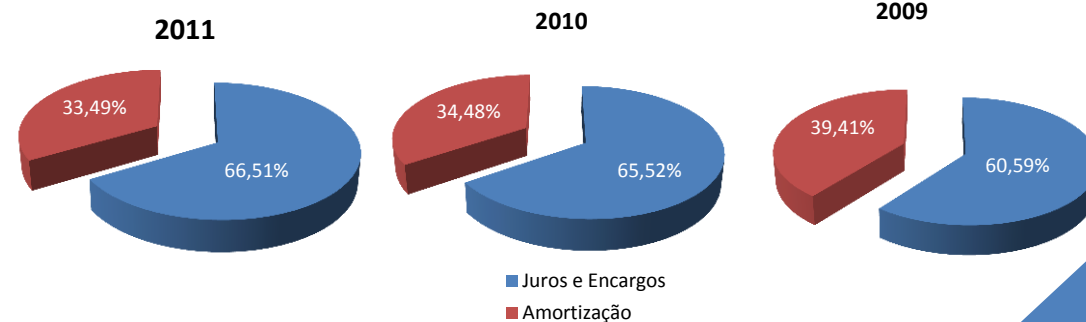
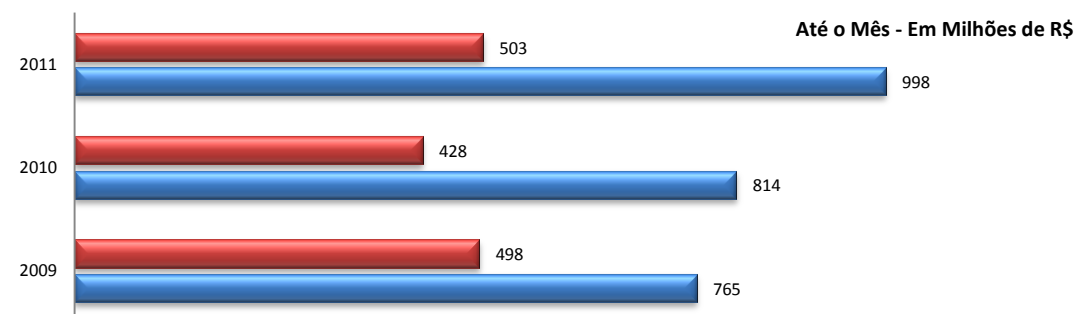
Pela renegociação do Estado com a União, o desembolso intra-limite é de 13% da Receita Líquida Real. No entanto tem-se também o desembolso com a dívida extra-limite, que corresponde aos contratos que naquela data não entraram na renegociação, bem como os desembolsos relativos aos contratos que foram firmados posteriormente a essa data.

A Receita Líquida Real é calculada com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores (últimos 12 meses).



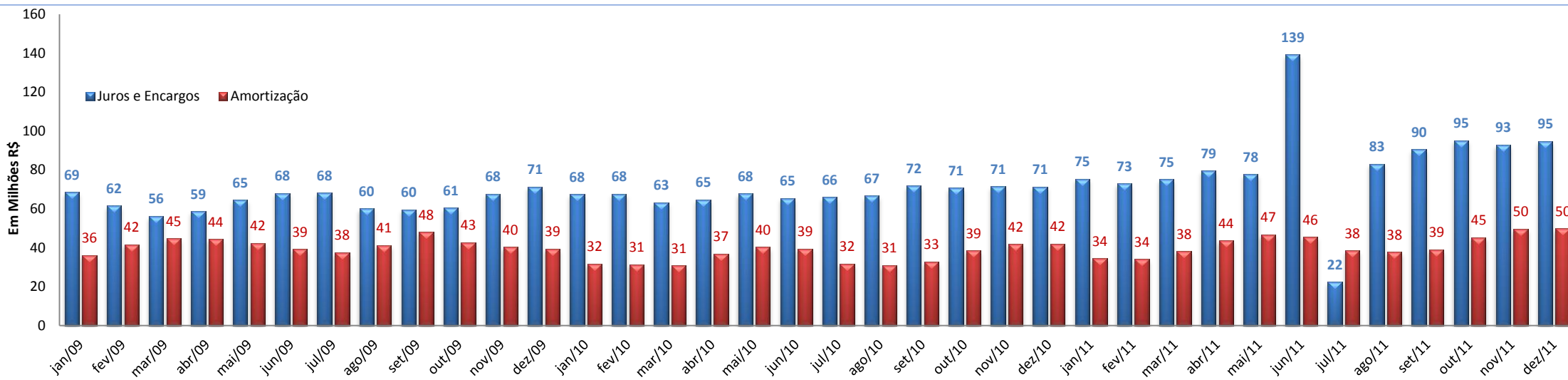
## Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos

O pagamento da dívida engloba os juros e encargos e as amortizações.

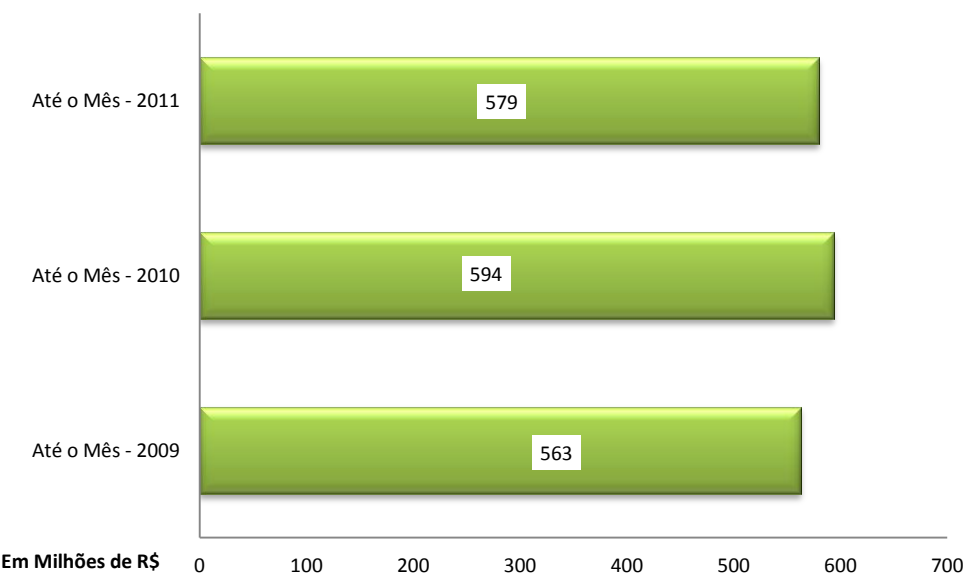




## Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos - Acompanhamento Mensal



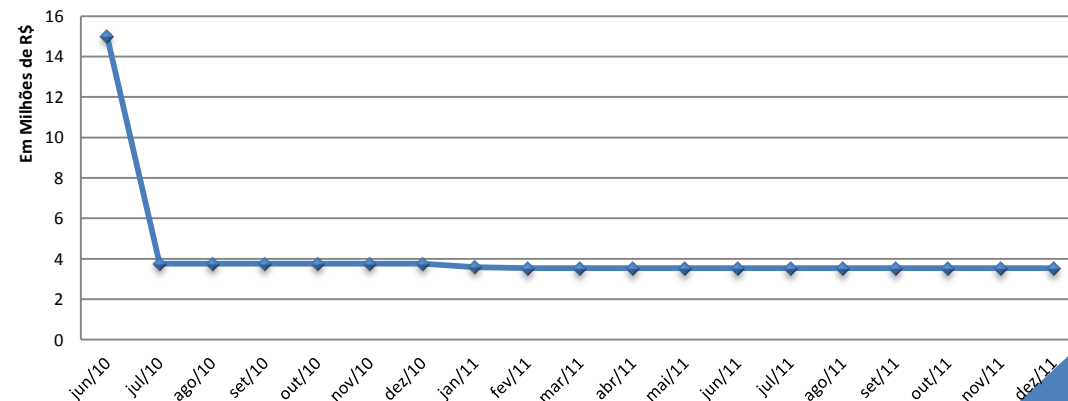
## Saldo dos Precatórios a Pagar



## Precatórios Pagos - Regime Especial

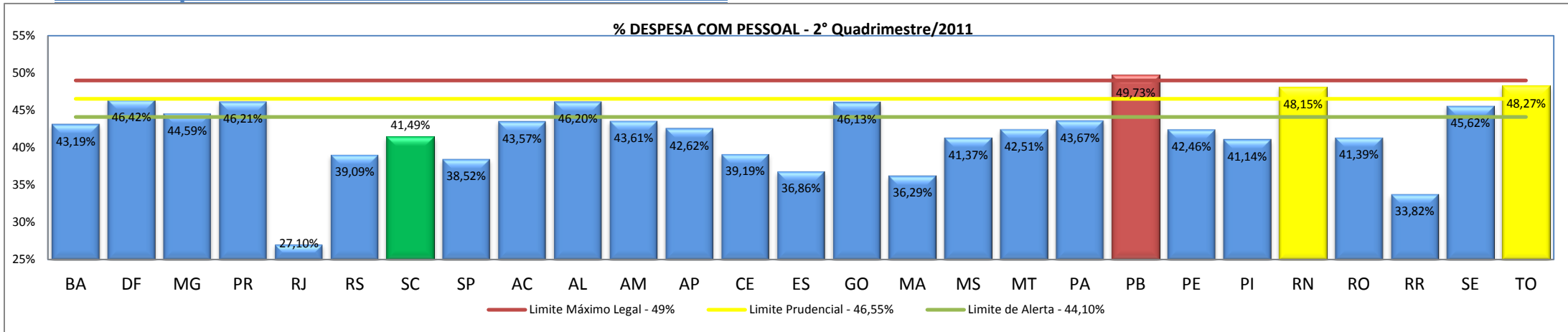
Desde 2010 os Precatórios são pagos conforme as regras estabelecidas na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto Estadual nº 3.061/2010, este que definiu a opção do Estado pelo pagamento dos precatórios em 15 anos.

No exercício de 2011 foi repassado ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o montante de R\$ 42,3 milhões para o pagamento de precatórios, em parcelas mensais de R\$ 3,52 milhões.

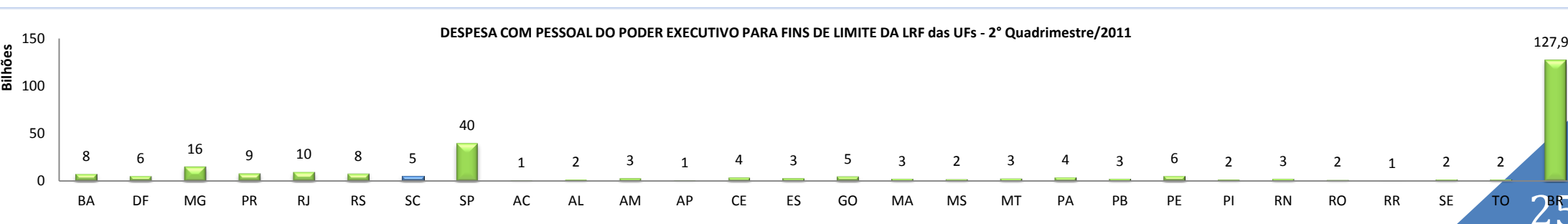
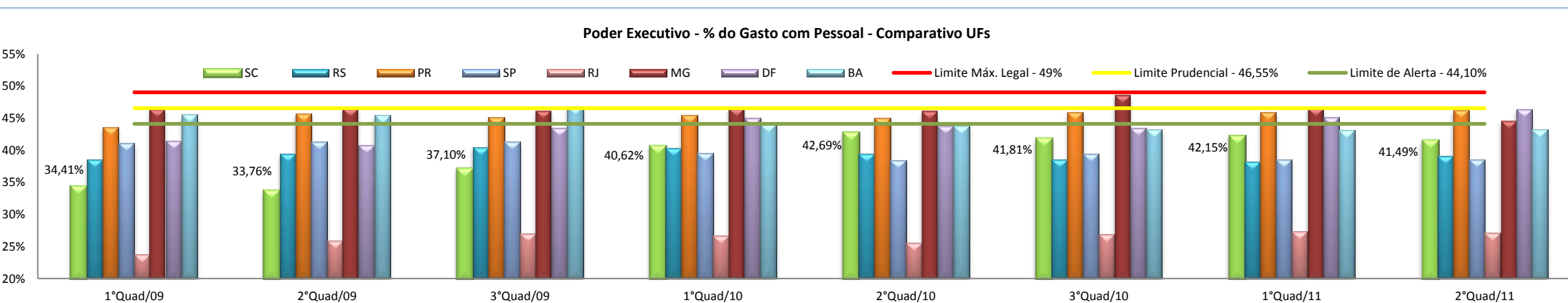


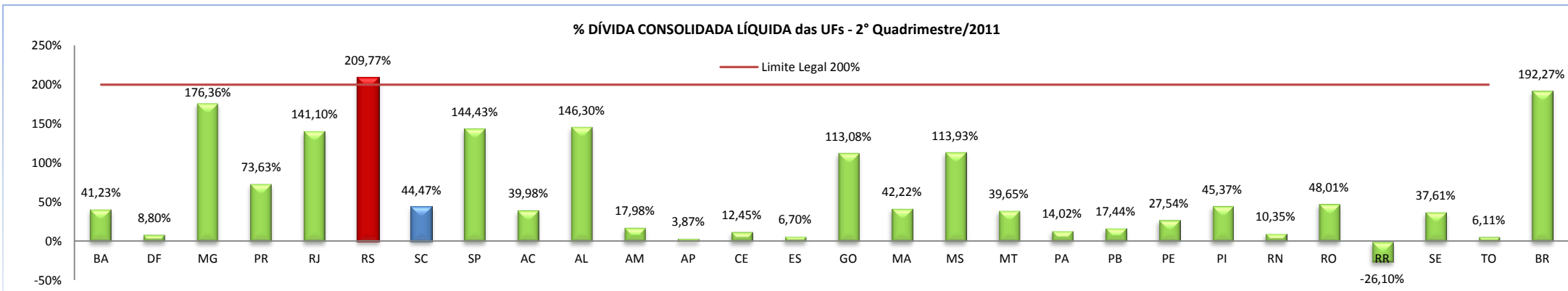


### Lei de Responsabilidade Fiscal – SC no cenário nacional

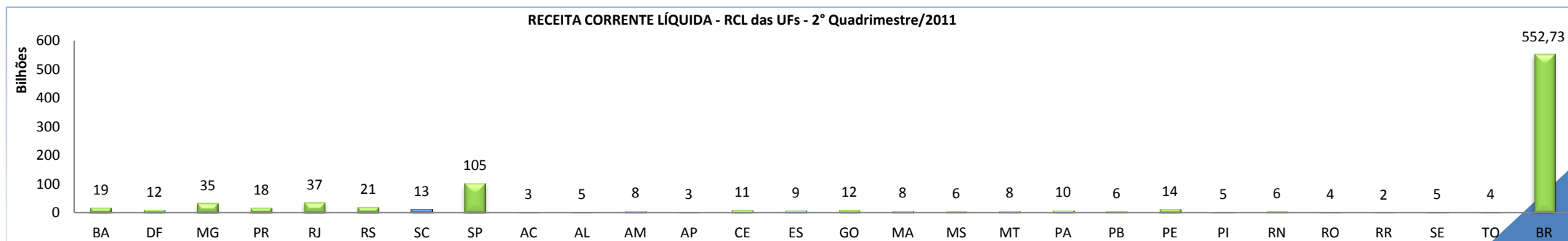
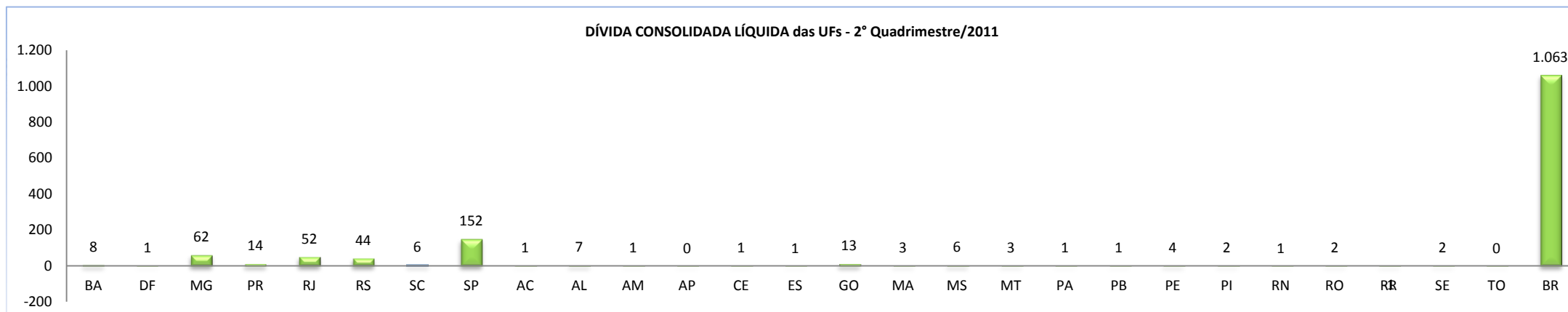


### Comparativo do Gasto com Pessoal do Poder Executivo com outras Unidades da Federação





## DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA das UFs - 2º Quadrimestre/2011







## PAINEL DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL

---



## PAINEL DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO GERAL

INDICADORES	ANO		VARIÇÃO 2009/2010		ANO		VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%	
<b>1 Resultado da Execução Orçamentária (Déficit/Superávit) = ( 1.1 - 1.2 )</b>	<b>(330.355.648,56)</b>	<b>1.955.013,81</b>	<b>332.310.662,37</b>	<b>-100,59%</b>	<b>308.179.777,68</b>	<b>306.224.763,87</b>	<b>15663,56%</b>	
1.1 Receita Orçamentária Arrecadada (Deduzidas as Tranf.Const.e Legais aos Municípios, Fundeb e Restituições)	11.506.271.961,72	13.168.918.579,60	1.662.646.617,88	14,45%	15.259.959.632,65	2.091.041.053,05	15,88%	
1.2 Despesa Orçamentária Empenhada	11.836.627.610,28	13.166.963.565,79	1.330.335.955,51	11,24%	14.951.779.854,97	1.784.816.289,18	13,56%	
1.3 Despesa Orçamentária Empenhada - Financiada com Recursos do Exercício Anterior	1.198.197.075,47	879.639.144,90	(318.557.930,57)	-26,59%	969.157.363,50	89.518.218,60	10,18%	
1.4 Despesa Orçamentária Paga	11.527.889.615,39	12.858.679.142,18	1.330.789.526,79	11,54%	14.522.996.982,47	1.664.317.840,29	12,94%	
1.5 Despesa Orçamentária Empenhada a Pagar	308.737.994,89	308.284.423,61	(453.571,28)	-0,15%	428.782.872,50	120.498.448,89	39,09%	

<b>2 Arrecadação da Receita Tributária Líquida (Deduzidas as Transferências aos Municípios, Fundeb e Restituições)</b>	<b>6.725.585.518,46</b>	<b>8.110.316.486,52</b>	<b>1.384.730.968,06</b>	<b>20,59%</b>	<b>9.423.217.421,70</b>	<b>1.312.900.935,18</b>	<b>16,19%</b>
<b>Arrecadação Própria</b>	<b>6.119.600.673,39</b>	<b>7.420.177.336,86</b>	<b>1.300.576.663,47</b>	<b>21,25%</b>	<b>8.598.524.538,01</b>	<b>1.178.347.201,15</b>	<b>15,88%</b>
ICMS	5.067.239.626,57	6.164.595.363,52	1.097.355.736,95	21,66%	7.172.102.472,28	1.007.507.108,76	16,34%
IPVA	325.182.538,06	351.305.937,32	26.123.399,26	8,03%	364.685.507,02	13.379.569,70	3,81%
IRRF	397.004.208,05	507.592.628,31	110.588.420,26	27,86%	628.113.056,90	120.520.428,59	23,74%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%
ITCMD e ITBI	42.618.857,86	58.367.941,33	15.749.083,47	36,95%	74.026.841,44	15.658.900,11	26,83%
TAXAS	287.555.421,85	338.315.450,93	50.760.029,08	17,65%	359.596.633,86	21.281.182,93	6,29%
Contribuição de Melhoria	21,00	15,45	(5,55)	-26,43%	26,51	11,06	71,59%
<b>Repasses Constitucionais e Legais da União</b>	<b>605.984.845,07</b>	<b>690.139.149,66</b>	<b>84.154.304,59</b>	<b>13,89%</b>	<b>824.692.883,69</b>	<b>134.553.734,03</b>	<b>19,50%</b>

<b>3 FUNDOSOCIAL</b> (Deduzidas as Transferências aos Municípios)	<b>289.621.596,81</b>	<b>285.790.030,36</b>	<b>(3.831.566,45)</b>	<b>-1,32%</b>	<b>318.036.329,56</b>	<b>32.246.299,20</b>	<b>11,28%</b>
---	-----------------------	-----------------------	-----------------------	---------------	-----------------------	----------------------	---------------

<b>4 SEITEC</b> (Deduzidas as Transferências aos Municípios)	<b>180.744.969,75</b>	<b>169.625.000,00</b>	<b>(11.119.969,75)</b>	<b>-6,15%</b>	<b>213.097.394,87</b>	<b>43.472.394,87</b>	<b>25,63%</b>
--	-----------------------	-----------------------	------------------------	---------------	-----------------------	----------------------	---------------

<b>5 Resultado Líquido na Transferência para o FUNDEB</b>	<b>(258.714.747,94)</b>	<b>(355.761.220,04)</b>	<b>(97.046.472,10)</b>	<b>37,51%</b>	<b>(428.368.866,49)</b>	<b>(72.607.646,45)</b>	<b>20,41%</b>
Transferências Recebidas do FUNDEB	1.255.867.089,86	1.458.556.748,51	202.689.658,65	16,14%	1.675.904.977,68	217.348.229,17	14,90%
Transferências Efetuadas ao FUNDEB	<b>(1.514.581.837,80)</b>	<b>(1.814.317.968,55)</b>	<b>(299.736.130,75)</b>	19,79%	<b>(2.104.273.844,17)</b>	<b>(289.955.875,62)</b>	15,98%

<b>6 Transferências Constitucionais e Legais Recebidas da União</b> (Deduzidas as Transf. Aos Municípios e FUNDEB)	<b>1.732.038.650,39</b>	<b>1.624.042.594,93</b>	<b>(107.996.055,46)</b>	<b>-6,24%</b>	<b>1.710.112.137,79</b>	<b>86.069.542,86</b>	<b>5,30%</b>
<b>Participação na Receita da União</b>	<b>605.984.845,07</b>	<b>690.139.149,66</b>	84.154.304,59	13,89%	<b>824.692.883,69</b>	<b>134.553.734,03</b>	<b>19,50%</b>
Cota Parte FPE	463.369.653,17	499.430.388,42	36.060.735,25	7,78%	615.202.323,77	115.771.935,35	23,18%
Cota Parte IPI	116.134.863,73	141.786.143,72	25.651.279,99	22,09%	151.379.031,04	9.592.887,32	6,77%
Cota Parte CIDE	26.479.331,64	48.922.617,52	22.443.285,88	84,76%	58.110.685,59	9.188.068,07	18,78%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%
Cota Parte IOF OURO	996,53	-	(996,53)	-100,00%	843,29	843,29	-
<b>Outras Transferências da União</b>	<b>1.126.053.805,32</b>	<b>933.903.445,27</b>	<b>(192.150.360,05)</b>	<b>-17,06%</b>	<b>885.419.254,10</b>	<b>(48.484.191,17)</b>	<b>-5,19%</b>
Repasso da Compensação Financeira pela Exploração Recursos Naturais	24.593.610,59	33.367.906,31	8.774.295,72	35,68%	40.401.221,87	7.033.315,56	21,08%
Repasso Fundo a Fundo do SUS	523.950.369,53	554.037.995,86	30.087.626,33	5,74%	464.026.206,11	(90.011.789,75)	-16,25%
Repasso do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação - FNDE	208.132.557,68	194.014.529,78	(14.118.027,90)	-6,78%	236.546.665,48	42.532.135,70	21,92%
Transferência Financeira do ICMS Desoneração (Lei Kandir - LC nº 87/96)	42.018.327,00	42.018.327,00	-	0,00%	42.018.327,00	-	0,00%
FEX - Fundo de Auxílio aos Estados Exportadores	59.220.281,25	43.607.947,53	(15.612.333,72)	-26,36%	54.683.167,50	11.075.219,97	25,40%
Transferências para Situação de Emergência e Calamidade	264.516.171,08	52.631.947,30	(211.884.223,78)	-80,10%	43.245.408,07	(9.386.539,23)	-17,83%
Demais Transferências Constitucionais e legais	3.622.488,19	14.224.791,49	10.602.303,30	292,68%	4.498.258,07	(9.726.533,42)	-68,38%

<b>7 Convênios Recebidos da União</b>	<b>71.871.155,78</b>	<b>64.856.629,02</b>	<b>(7.014.526,76)</b>	<b>-9,76%</b>	<b>74.135.946,19</b>	<b>9.279.317,17</b>	<b>14,31%</b>
Para despesas Correntes	69.481.035,92	57.830.817,51	(11.650.218,41)	-16,77%	69.975.469,26	12.144.651,75	21,00%
Para despesas de Capital	2.390.119,86	7.025.811,51	4.635.691,65	193,95%	4.160.476,93	(2.865.334,58)	-40,78%

<b>8 Metas de Arrecadação - Recursos do Tesouro</b>	Meta	9.473.304.823,00	10.365.086.499,00	891.781.676,00	9,41%	11.748.496.837,69	1.383.410.338,69	13,35%
	<b>Arrecadação</b>	<b>8.632.884.413,32</b>	<b>10.208.140.197,88</b>	<b>1.575.255.784,56</b>	<b>18,25%</b>	<b>12.078.431.040,13</b>	<b>1.870.290.842,25</b>	<b>18,32%</b>
	Diferença	(840.420.409,68)	(156.946.301,12)	683.474.108,56	-81,33%	329.934.202,44	486.880.503,56	-310,22%
	%	-8,87%	-1,51%	7,36%	-82,93%	2,81%	<b>4,32%</b>	<b>-285,47%</b>





INDICADORES		ANO		VARIÇÃO 2009/2010		ANO		VARIÇÃO 2010/ 2011	
		2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%	
9	Metas de Arrecadação - Recursos de Outras Fontes	Meta	2.721.771.005,00	3.081.964.846,00	360.193.841,00	13,23%	3.256.536.919,00	174.572.073,00	5,66%
		<b>Arrecadação</b>	<b>2.873.387.548,40</b>	<b>2.960.778.381,72</b>	<b>87.390.833,32</b>	<b>3,04%</b>	<b>3.181.528.592,52</b>	<b>220.750.210,80</b>	<b>7,46%</b>
		Diferença	151.616.543,40	(121.186.464,28)	(272.803.007,68)	-179,93%	(75.008.326,48)	46.178.137,80	-38,11%
		%	<b>5,57%</b>	<b>-3,93%</b>	<b>-9,50%</b>	<b>-170,59%</b>	<b>-2,30%</b>	<b>1,63%</b>	<b>-41,42%</b>
10	<b>Excesso de Arrecadação - Recursos do Tesouro (Fonte 0100)</b>		<b>(497.024.622,96)</b>	<b>116.734.140,62</b>	<b>613.758.763,58</b>	<b>-123,49%</b>	<b>211.240.879,01</b>	<b>94.506.738,39</b>	<b>80,96%</b>
11	<b>Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI</b>		<b>7.968.143.368,78</b>	<b>9.579.414.019,60</b>	<b>1.611.270.650,82</b>	<b>20,22%</b>	<b>11.151.800.147,73</b>	<b>1.572.386.128,13</b>	<b>16,41%</b>
12	Aplicação em Saúde Mínimo Constitucional de 12% da RLI apurados no encerramento do exercício	A aplicar	956.177.204,25	1.149.529.682,35	193.352.478,10	20,22%	1.338.216.017,73	188.686.335,38	16,41%
		<b>Valor aplicado</b>	<b>967.244.836,60</b>	<b>1.153.626.658,40</b>	<b>186.381.821,80</b>	<b>19,27%</b>	<b>1.348.767.512,07</b>	<b>195.140.853,67</b>	<b>16,92%</b>
		Diferença	11.067.632,35	4.096.976,05	(6.970.656,30)	-62,98%	10.551.494,34	6.454.518,30	157,54%
		<b>% aplicado em relação a RLI</b>	<b>12,14%</b>	<b>12,04%</b>	<b>-0,10%</b>	<b>-0,79%</b>	<b>12,09%</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,43%</b>
13	Aplicação em Educação Mínimo Constitucional de 25% da RLI apurados no encerramento do exercício	A aplicar	1.992.035.842,20	2.394.853.504,90	402.817.662,71	20,22%	2.787.950.036,93	393.096.532,03	16,41%
		<b>Valor aplicado</b>	<b>2.095.498.346,64</b>	<b>2.508.902.485,24</b>	<b>413.404.138,60</b>	<b>19,73%</b>	<b>2.963.063.393,28</b>	<b>454.160.908,04</b>	<b>18,10%</b>
		Diferença	103.462.504,45	114.048.980,34	10.586.475,89	10,23%	175.113.356,35	61.064.376,01	53,54%
		<b>% aplicado em relação a RLI</b>	<b>26,30%</b>	<b>26,19%</b>	<b>-0,11%</b>	<b>-0,41%</b>	<b>26,57%</b>	<b>0,38%</b>	<b>1,45%</b>



INDICADORES		ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011		
		2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%	
14	<b>Aplicação em Segurança Pública</b> Não existe mínimo Constitucional a aplicar. Cálculo apenas gerencial	Valor aplicado	1.380.671.230,68	1.534.141.212,11	153.469.981,43	11,12%	1.692.891.098,29	158.749.886,18	10,35%
	% aplicado em relação a RLI	17,33%	16,01%	-1,31%	-7,57%	15,18%	-0,83%	-5,21%	
15	<b>Receita Corrente Líquida - RCL</b> (soma dos últimos 12 meses)	<b>10.405.660.160,88</b>	<b>11.857.683.741,63</b>	<b>1.452.023.580,75</b>	<b>13,95%</b>	<b>13.791.475.371,47</b>	<b>1.933.791.629,84</b>	<b>16,31%</b>	
16	<b>Gasto com Pessoal conforme LRF Poder Executivo</b>	Despesas para Fins de Limite	3.860.566.866,34	4.958.010.374,74	1.097.443.508,40	28,43%	5.765.047.319,56	807.036.944,82	16,28%
		% em relação a RCL	<b>37,10%</b>	<b>41,81%</b>	<b>4,71%</b>	<b>12,70%</b>	<b>41,80%</b>	<b>-0,01%</b>	<b>-0,03%</b>
17	<b>Gasto com Pessoal conforme LRF Consolidado Geral</b>	Despesas para Fins de Limite	4.828.453.683,24	6.059.243.362,00	1.230.789.678,76	25,49%	7.064.386.132,02	1.005.142.770,02	16,59%
		% em relação a RCL	<b>46,40%</b>	<b>51,10%</b>	<b>4,70%</b>	<b>10,12%</b>	<b>51,22%</b>	<b>0,12%</b>	<b>0,24%</b>
18	<b>Investimentos Realizados por Função de Governo</b>	<b>1.100.598.594,83</b>	<b>1.128.498.973,68</b>	<b>27.900.378,85</b>	<b>2,54%</b>	<b>1.025.030.156,08</b>	<b>(103.468.817,60)</b>	<b>-9,17%</b>	
	Transporte e Urbanismo	490.307.468,15	391.020.213,86	(99.287.254,29)	-20,25%	343.474.560,07	(47.545.653,79)	-12,16%	
	Educação	222.103.832,18	242.991.390,49	20.887.558,31	9,40%	191.583.852,65	(51.407.537,84)	-21,16%	
	Saúde	74.129.390,43	102.785.359,06	28.655.968,63	38,66%	83.499.025,48	(19.286.333,58)	-18,76%	
	Segurança Pública	95.639.542,50	103.803.100,97	8.163.558,47	8,54%	103.282.970,50	(520.130,47)	-0,50%	
	Judiciária	21.625.457,94	25.177.046,71	3.551.588,77	16,42%	61.640.205,05	36.463.158,34	144,83%	
	Administração	57.893.909,86	87.856.412,60	29.962.502,74	51,75%	50.731.729,70	(37.124.682,90)	-42,26%	



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%
Legislativa	16.317.888,78	22.068.831,24	5.750.942,46	35,24%	22.603.768,78	534.937,54	<b>2,42%</b>
Habitação	15.431.953,50	15.628.949,25	196.995,75	1,28%	9.453.608,54	(6.175.340,71)	<b>-39,51%</b>
Agricultura	26.605.246,46	16.446.626,59	(10.158.619,87)	<b>-38,18%</b>	33.010.681,55	16.564.054,96	<b>100,71%</b>
Demais Funções	80.543.905,03	120.721.042,91	40.177.137,88	49,88%	125.749.753,76	5.028.710,85	<b>4,17%</b>

<b>19 Despesas de Custeio (manutenção dos serviços públicos)</b>	<b>2.472.065.126,02</b>	<b>2.896.537.199,36</b>	<b>424.472.073,34</b>	<b>17,17%</b>	<b>3.200.482.827,79</b>	<b>303.945.628,43</b>	<b>10,49%</b>
Obrigações Patronais-Contribuição ao Plano de Saude	23.360.766,29	96.727.092,36	73.366.326,07	314,06%	126.473.586,87	126.473.583,73	130,75%
Auxílio-Alimentação em Pecúnia	198.833.453,01	218.183.319,52	19.349.866,51	9,73%	241.142.445,35	241.142.445,25	110,52%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	1.195.945.913,19	1.268.321.420,06	72.375.506,87	6,05%	1.433.708.087,17	165.386.667,11	<b>13,04%</b>
Material de Consumo	523.576.663,22	567.707.897,97	44.131.234,75	8,43%	558.602.692,30	(9.105.205,67)	<b>-1,60%</b>
Locação de Mão-de-Obra (Contratação de Terceirizados)	181.268.643,23	232.187.339,28	50.918.696,05	28,09%	269.176.180,93	36.988.841,65	15,93%
Obrigações Tributárias e Contributivas	72.183.571,86	127.344.412,32	55.160.840,46	76,42%	167.722.538,55	40.378.126,23	31,71%
Sentenças Judiciais (Inclui pagamento de precatórios)	67.769.523,64	125.343.672,21	57.574.148,57	84,96%	122.191.202,54	(3.152.469,67)	<b>-2,52%</b>
Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	45.292.625,86	58.180.274,62	12.887.648,76	28,45%	70.265.209,31	12.084.934,69	20,77%
Indenizações e Restituições	42.479.580,62	58.429.302,88	15.949.722,26	37,55%	57.380.947,50	(1.048.355,38)	<b>-1,79%</b>
Diárias (Pessoal Civil e Militar)	49.071.652,53	50.770.729,32	1.699.076,79	3,46%	53.320.011,71	2.549.282,39	5,02%
Passagens e Despesas com Locomoção	12.217.421,84	11.424.514,33	(792.907,51)	<b>-6,49%</b>	12.290.271,75	865.757,42	7,58%
Demais Despesas de Custeio	60.047.400,73	81.719.596,49	21.672.195,76	36,09%	88.171.899,06	6.452.302,57	7,90%



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%
<b>20 Transferências Voluntárias aos Municípios</b>	<b>356.066.756,21</b>	<b>410.871.401,26</b>	<b>54.804.645,05</b>	<b>15,39%</b>	<b>352.740.878,83</b>	<b>(58.130.522,43)</b>	<b>-14,15%</b>
Contribuições - Despesas de Custeio	189.739.736,52	197.003.788,40	7.264.051,88	3,83%	150.612.050,06	(46.391.738,34)	-23,55%
Serviços de Transporte Escolar	50.390.588,08	56.745.311,13	6.354.723,05	12,61%	67.427.069,23	10.681.758,10	18,82%
Auxílios - Despesas de Investimento ( obras e equipamentos)	166.327.019,69	213.867.612,86	47.540.593,17	28,58%	134.701.759,54	(79.165.853,32)	-37,02%

<b>21 Transferências Voluntárias às Instituições Privadas</b>	<b>540.566.770,59</b>	<b>468.587.798,33</b>	<b>(71.978.972,26)</b>	<b>-13,32%</b>	<b>579.279.553,02</b>	<b>110.691.754,69</b>	<b>23,62%</b>
<b>Despesas de Custeio ( para a manutenção das entidades)</b>	<b>474.709.071,06</b>	<b>415.506.231,42</b>	<b>(59.202.839,64)</b>	<b>-12,47%</b>	<b>497.749.760,40</b>	<b>82.243.528,98</b>	<b>19,79%</b>
Subvenções Sociais	226.549.653,70	169.431.038,59	(57.118.615,11)	-25,21%	192.337.751,86	22.906.713,27	13,52%
Contribuições	248.159.417,36	246.075.192,83	(2.084.224,53)	-0,84%	305.412.008,54	59.336.815,71	24,11%
<b>Despesas de Investimento (para obras e equipamentos das entidades)</b>	<b>65.857.699,53</b>	<b>53.081.566,91</b>	<b>(12.776.132,62)</b>	<b>-19,40%</b>	<b>81.529.792,62</b>	<b>28.448.225,71</b>	<b>53,59%</b>
Auxílios - Transferências às Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	65.857.699,53	53.081.566,91	(12.776.132,62)	-19,40%	81.529.792,62	28.448.225,71	53,59%
Auxílios - Transferências às Instituições Privadas com Fins Lucrativos	-	-	-	-	-	-	-

<b>22 Saldo da Dívida Pública de Empréstimos (Operações de Crédito)</b>	<b>11.172.235.575,96</b>	<b>11.824.421.438,90</b>	<b>652.185.862,94</b>	<b>5,84%</b>	<b>11.843.370.768,58</b>	<b>18.949.329,68</b>	<b>0,16%</b>
---	--------------------------	--------------------------	-----------------------	--------------	--------------------------	----------------------	--------------

<b>23 Receita Líquida Real - RLR (soma dos últimos 12 meses)</b>	<b>8.235.809.090,08</b>	<b>9.675.675.122,85</b>	<b>1.439.866.032,78</b>	<b>17,48%</b>	<b>11.459.357.563,14</b>	<b>1.783.682.440,29</b>	<b>18,43%</b>
--	-------------------------	-------------------------	-------------------------	---------------	--------------------------	-------------------------	---------------



INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%
<b>24 Pagamento da Dívida Pública de Empréstimos</b>	<b>1.263.210.574,81</b>	<b>1.242.705.320,74</b>	<b>(20.505.254,07)</b>	<b>-1,62%</b>	<b>1.500.905.124,72</b>	<b>258.199.803,98</b>	<b>20,78%</b>
Juros e Encargos da Dívida	765.316.861,26	814.236.874,00	48.920.012,74	6,39%	998.236.999,56	184.000.125,56	22,60%
Amortização da Dívida ( Principal )	497.893.713,55	428.468.446,74	(69.425.266,81)	-13,94%	502.668.125,16	74.199.678,42	17,32%
<b>% de pagamento sobre a RLR do mês</b>	<b>15,34%</b>	<b>12,84%</b>	<b>-1,42%</b>	<b>-9,28%</b>	<b>13,10%</b>	<b>14,48%</b>	<b>112,71%</b>
<b>25 Saldo de Precatórios a Pagar</b>	<b>562.521.166,61</b>	<b>593.575.170,70</b>	<b>31.054.004,09</b>	<b>5,52%</b>	<b>579.338.502,30</b>	<b>(14.236.668,40)</b>	<b>-2,40%</b>
<b>26 Pagamento de Precatórios - Regime Especial</b> (valores repassados pelo Poder Executivo ao Tribunal de Justiça)	-	<b>37.501.411,10</b>	<b>37.501.411,10</b>	-	<b>42.398.226,48</b>	<b>4.896.815,38</b>	<b>13,06%</b>
<b>27 Saldo dos Restos a Pagar inscritos no Exercício Anterior</b>	<b>308.743.116,49</b>	<b>308.284.423,61</b>	<b>(458.692,88)</b>	<b>-0,15%</b>	<b>428.782.872,50</b>	<b>120.498.448,89</b>	<b>39,09%</b>
Poder Executivo	275.633.833,86	246.171.521,14	(29.462.312,72)	-10,69%	381.657.702,79	135.486.181,65	55,04%
Assembléia Legislativa	8.987.853,01	5.592.639,70	(3.395.213,31)	-37,78%	8.705.833,80	3.113.194,10	55,67%
Tribunal de Contas	3.068.322,34	4.158.617,60	1.090.295,26	35,53%	5.589.480,93	1.430.863,33	34,41%
Poder Judiciário	16.085.445,07	47.570.686,76	31.485.241,69	195,74%	28.414.894,50	(19.155.792,26)	-40,27%
Ministério Público	4.967.662,21	4.790.958,41	(176.703,80)	-3,56%	4.414.960,48	(375.997,93)	-7,85%
<b>28 Receita Líquida Disponível</b>	<b>7.887.476.692,88</b>	<b>9.388.959.819,53</b>	<b>1.501.483.126,65</b>	<b>19,04%</b>	<b>10.602.112.119,22</b>	<b>1.213.152.299,69</b>	<b>12,92%</b>





INDICADORES	ANO	ANO	VARIÇÃO 2009/2010		ANO	VARIÇÃO 2010/ 2011	
	2009	2010	R\$	%	2011	R\$	%
<b>29 Repasse aos Poderes e Udese</b>	<b>1.372.441.395,44</b>	<b>1.615.265.082,21</b>	<b>242.823.686,77</b>	<b>17,69%</b>	<b>1.921.486.235,59</b>	<b>306.221.153,38</b>	<b>18,96%</b>
<b>30 Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Devedores em atraso)</b>	<b>1.659.878,42</b>	<b>12.406.672,50</b>	<b>10.746.794,08</b>	<b>647,44%</b>	<b>14.447.101,95</b>	<b>2.040.429,45</b>	<b>16,45%</b>
Estoque da Dívida Ativa Tributária	5.398.161.350,10	6.017.790.335,69	619.628.985,59	11,48%	6.599.958.903,28	582.168.567,59	9,67%
Estoque da Dívida Ativa Não Tributária	35.276.204,99	55.472.218,27	20.196.013,28	57,25%	72.613.183,99	17.140.965,72	30,90%
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	5.431.777.676,67	6.060.855.881,46	629.078.204,79	11,58%	6.658.124.985,32	597.269.103,86	9,85%
<b>31 Cobrança da Dívida Ativa (Principal mais Multas e Juros)</b>	<b>14.948.325,02</b>	<b>20.378.919,99</b>	<b>5.430.594,97</b>	<b>36,33%</b>	<b>80.513.868,88</b>	<b>60.134.948,89</b>	<b>295,08%</b>
Receita da Dívida Ativa Tributária	12.467.594,88	16.662.497,35	4.194.902,47	33,65%	76.606.585,05	59.944.087,70	359,75%
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	2.480.730,14	3.716.422,64	1.235.692,50	49,81%	3.907.283,83	190.861,19	5,14%
<b>32 Resultado Financeiro -</b> Corresponde à diferença entre a Disponibilidade (Saldo em Bancos e Aplicações Financeiras) e as Despesas Líquidas e não Pagas, Consignações e Depósitos de Terceiros)	<b>615.442.410,41</b>	<b>1.153.145.851,80</b>	<b>537.703.441,39</b>	<b>87,37%</b>	<b>1.540.358.446,53</b>	<b>387.212.594,73</b>	<b>33,58%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC